



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 10/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026

ÍNDICE

EDITAL Nº 10/2026	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	10
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9 - DOS RECURSOS	16
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	16
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	17
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	22
1 - DO OBJETO	22
2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA	29
3 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	29
4 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	30
5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	31
6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	35
7 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	36
8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	37
9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	39
10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	39
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	40
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	48
1 - DAS PARTES	48
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3 - DO OBJETO	48
4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	55
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	55
6 - DA SUBCONTRATAÇÃO	58
7 - DO PAGAMENTO	58
8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	60
9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	60
10 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	62
11 - DAS GARANTIAS	64
12 - DO REAJUSTE	65
13 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	65
14 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	66
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	68
16 - DOS CASOS OMISSOS	68
17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	68
18 - DAS ALTERAÇÕES	68
19 - DA PUBLICAÇÃO	69
20 - DO FORO	69



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 10/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS – CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 122/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 41768/2026**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Edital, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço por grupo**.

DATA: 15 de julho de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de audiovisual destinados à modernização e ao aparelhamento da infraestrutura tecnológica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, compreendendo sistemas de sonorização, captação, gravação, transmissão de áudio e vídeo e respectivos acessórios, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos.

1.2 - O valor total estimado da contratação é de **R\$ 359.971,37 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65/2021.

1.3 - O objeto será licitado em 2 (dois) grupos, conforme descrito no Termo de Referência:

1.3.1 - Grupo 1 – Sonorização;

1.3.2 - Grupo 2 – Filmagem.

1.4 - A licitação será realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por grupo**, com fundamento no art. 28, inciso I, e no art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

1.5 - A proposta deverá abranger, obrigatoriamente, a totalidade dos itens que compõem o grupo ao qual o licitante concorrer, observadas especificações técnicas, quantitativos, requisitos de execução e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.6 - Os bens objeto desta licitação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual a contratação se processará pela modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta de recursos consignados no orçamento do Crea-GO para o exercício de **2026**, conta nº 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas, Equipamentos e Aparelhos conforme disponibilidade orçamentária acostada aos autos do Processo Administrativo.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação e que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

3.2 - Os interessados deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em nível compatível com as exigências deste Edital, e habilitados no sistema **Compras.gov.br**, desde que atendam integralmente às condições de participação e habilitação estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

3.2.1 - O atendimento às condições exigidas para cadastramento no SICAF, para fins de habilitação, deverá observar o prazo regulamentar aplicável, inclusive quanto à regularização até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 - O licitante é responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, declarações e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

3.4 - Incumbe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5 - A Administração e o provedor do sistema não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6 - É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF e nos demais sistemas utilizados no certame, devendo promover, imediatamente, a correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada.

3.7 - Não poderão participar desta licitação:

3.7.1 - Pessoa física ou jurídica que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

3.7.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando houver, bem como empresa integrante do mesmo grupo econômico ou da qual o autor seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando configurada hipótese legal de impedimento;

3.7.3 - Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.7.4 - Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa vedação ser observada nas hipóteses legalmente aplicáveis;

3.7.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, entre si, concorrendo entre si;

3.7.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.7 - Agente público do Crea-GO que se enquadre em hipótese legal de impedimento à participação no certame;

3.7.8 - Pessoa física ou jurídica que tenha participado do planejamento da contratação ou da elaboração dos documentos preparatórios desta contratação, quando configurada hipótese legal de impedimento, conflito de interesses ou violação à isonomia;

3.7.9 - Empresas reunidas em consórcio, em qualquer modalidade, conforme vedação prevista no Termo de Referência;

3.7.10 - Licitante que declare impossibilidade de execução direta do objeto ou que condicione a execução contratual à subcontratação do objeto principal, em desacordo com a vedação estabelecida neste Edital e no Termo de Referência;

3.7.11 - Organizações da sociedade civil ou entidades que atuem em regime jurídico incompatível com a presente contratação, quando não puderem assumir, diretamente, todas as obrigações contratuais previstas neste Edital e em seus Anexos;

3.7.12 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, direta ou indiretamente, em situação de conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável.

3.8 - As vedações previstas neste item serão interpretadas e aplicadas em conformidade com os arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

3.9 - Aplicam-se a esta licitação, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.10 - O licitante deverá observar, ainda, todas as demais restrições de participação decorrentes da legislação aplicável, ainda que não reproduzidas expressamente neste Edital.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, envio de lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, suas propostas de preços, correspondentes ao menor valor global do grupo ao qual concorrerem, relativo ao fornecimento integral dos bens que compõem o respectivo grupo, conforme descrito no Termo de Referência, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

4.3 - No momento do cadastramento da proposta inicial, o sistema exigirá a declaração, sob pena de responsabilidade, de que o licitante:

4.3.1 - Está ciente e concorda com todas as condições do Edital e seus Anexos, e que a proposta contempla todos os custos necessários ao fornecimento integral do objeto, inclusive aqueles relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, tributária, normas coletivas aplicáveis, bem como os custos com aquisição, fornecimento, transporte, seguro, embalagem, carga, descarga, tributos, encargos, garantia, assistência técnica, substituições, manuais, acessórios, componentes, insumos e demais despesas incidentes sobre a execução do Contrato;

4.3.2 - Não se utiliza de qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e não submete menor de 18 (dezoito) anos à realização de trabalho noturno, em condições perigosas ou insalubres, nem à execução de atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - Não submete trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, nem mantém trabalhadores em condições análogas às de escravo, em observância às garantias fundamentais previstas na Constituição Federal e à legislação aplicável;

4.3.4 - Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicáveis à sua realidade organizacional, conforme legislação vigente;

4.3.5 - O licitante enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), quando juridicamente cabível, deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observados o caput e os §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4 - A falsidade das declarações implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades civis, penais ou administrativas.

4.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública. Após esse momento, eventuais substituições não serão admitidas.

4.6 - A classificação das propostas dar-se-á apenas após a etapa de envio de lances, e será realizada com base nos critérios definidos neste Edital.

4.7 - Após a etapa competitiva, serão disponibilizados para acesso público, na forma e na extensão admitidas pela legislação e pelo sistema eletrônico utilizado, os documentos que compõem as propostas dos licitantes remanescentes, observadas as regras de transparência e de sigilo aplicáveis.

4.8 - Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo, hipótese em que o envio de lances ocorrerá de forma automática, conforme regras a seguir:

4.8.1 - O sistema aplicará intervalo mínimo obrigatório entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que igualar ou superar a melhor oferta;

4.8.2 - Os lances automáticos observarão exclusivamente o valor final mínimo parametrizado, respeitado o intervalo mínimo definido neste Edital.

4.9 - A funcionalidade de envio automático de lances será bloqueada pelo sistema quando:

4.9.1 - O valor ofertado for superior ao último lance válido, considerado o critério de julgamento pelo menor preço;

4.9.2 - O lance automático parametrizado não observar as regras operacionais da plataforma eletrônica utilizada para a realização do certame.

4.10 - O valor final mínimo parametrizado terá caráter sigiloso, sendo acessível apenas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação aplicável.

4.11 - Caberá exclusivamente ao licitante acompanhar o certame no sistema eletrônico, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de falhas de conexão, omissão ou inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou pelo sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.12 - Ocorrendo qualquer situação que comprometa a segurança ou confidencialidade dos dados de acesso do licitante, este deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema, solicitando o bloqueio de seu acesso, sem prejuízo da adoção das demais providências cabíveis.

4.13 - Os documentos de habilitação da licitante provisoriamente mais bem classificada serão verificados prioritariamente por meio do SICAF e, quando necessário, por meio de envio complementar pelo sistema eletrônico, na forma e nos prazos definidos neste Edital, especialmente no item 8 – Da Fase de Habilitação.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico, contendo, no mínimo:

5.1.1 - Valor global do grupo ao qual concorrer, correspondente ao fornecimento integral dos bens que o compõem, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência;

5.1.2 - Descrição do objeto ofertado em conformidade com o Termo de Referência, com a indicação, quando cabível, de marca, modelo, fabricante e demais informações exigidas no modelo de Proposta Comercial constante do Anexo II deste Edital;

5.1.3 - Demais informações e campos obrigatórios exigidos pelo sistema eletrônico **Compras.gov.br**.

5.2 - Todas as especificações, condições e características inseridas na proposta vincularão o licitante e serão consideradas parte integrante da futura obrigação contratual.

5.3 - Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral do objeto, incluindo, entre outros: tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais, despesas comerciais e operacionais, frete, seguro, embalagem, carga, descarga, transporte, manuais, acessórios, componentes, garantia, assistência técnica, substituição de bens defeituosos, reposição de peças, deslocamentos, logística, testes, demonstrações operacionais quando exigidas no recebimento, e quaisquer outros necessários ao cumprimento do Contrato, sendo vedado pleitear valores adicionais a esse título.

5.4 - Os preços registrados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitido pleito posterior de alteração sob alegação de erro, omissão, equívoco de cálculo ou qualquer outra justificativa.

5.5 - Caso a empresa adote regime tributário com recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o valor ofertado deverá considerar a média efetiva dos recolhimentos dos últimos **12 (doze) meses**, conforme documentação fiscal da própria empresa, de forma a assegurar a exequibilidade da proposta.

5.6 - Independentemente dos percentuais declarados na proposta, serão efetuadas, no momento do pagamento, as retenções tributárias legais previstas na legislação vigente, observado o regime tributário da Contratada.

5.7 - A apresentação da proposta implica compromisso formal do proponente com o fornecimento integral do objeto, conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência, inclusive quanto à disponibilização de todos os recursos materiais, logísticos, técnicos, operacionais, acessórios, componentes, manuais, garantias e demais elementos necessários ao perfeito atendimento da contratação, responsabilizando-se por sua complementação sempre que exigido pela Administração, sem ônus adicional.

5.8 - A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.9 - O licitante deverá formular sua proposta com base em critérios de exequibilidade, economicidade e plena aderência às especificações técnicas do Edital e do Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pelos preços ofertados e pela viabilidade de sua execução contratual.

5.10 - Havendo inconsistência entre a descrição do objeto publicada na plataforma do Pregão Eletrônico e a constante no Anexo I – Termo de Referência, prevalecerá esta última, por representar a manifestação oficial da Administração quanto às exigências técnicas do objeto.

5.11 - Para fins de elaboração da proposta, o licitante deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e demais normas aplicáveis à atividade econômica por ele desenvolvida, sendo de sua responsabilidade exclusiva assegurar que a composição de seus custos internos, ainda que não detalhada na proposta, seja suficiente para garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema **Compras.gov.br**, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até o momento de início da sessão pública.

6.3 - O sistema eletrônico disponibilizará canal próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada a fase competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema, sendo informados, em tempo real, do seu recebimento e do valor registrado.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo ao qual o licitante concorrer, correspondente ao fornecimento integral dos bens que o compõem, conforme descrito no Termo de Referência.

6.6 - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital e o horário previsto para a sessão.

6.7 - Será admitido apenas o lance de valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

6.8 - O intervalo mínimo entre lances será de **R\$ 1,00 (um real)**, aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir o último lance ofertado no prazo de até **15 (quinze) segundos** após o registro, em caso de inconsistência ou inexecutabilidade.

6.10 - O modo de disputa será aberto e fechado, nos termos da legislação aplicável.

6.10.1 - A etapa de lances terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**.

6.10.2 - Após esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período aleatório de até **10 (dez) minutos**, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

6.10.3 - Concluída a etapa aberta, o sistema permitirá que o autor da oferta de menor valor e os licitantes com ofertas até 10% (dez por cento) superiores àquela possam encaminhar lance final e fechado, no prazo de **5 (cinco) minutos**.

6.10.4 - O licitante poderá manter seu último lance da etapa aberta ou ofertar novo lance final e fechado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.10.5 - Caso não haja, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 6.10.3, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer lance final e fechado, no prazo de **5 (cinco) minutos**.

6.11 - Encerradas as etapas competitivas, o sistema divulgará a ordenação dos lances em ordem crescente de valor.

6.12 - Em caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro no sistema.

6.13 - Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, sendo vedada a identificação do autor da oferta.

6.14 - Em caso de desconexão do Pregoeiro, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o envio de lances.

6.15 - Caso a desconexão do pregoeiro persista por mais de **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e reiniciada após 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação oficial no portal.

6.16 - O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial registrada no sistema.

6.17 - Após o encerramento da fase de lances, o sistema poderá verificar automaticamente o porte empresarial do licitante, para fins de aplicação, quando cabível, do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.18 - O tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais observará as regras previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021.

6.19 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances finais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.19.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

6.19.3 - Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4 - Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente:

6.20.1 - A empresas brasileiras;

6.20.2 - A empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3 - A empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da legislação aplicável.

6.21 - Se a proposta melhor classificada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6.21.1 - A negociação poderá ser estendida aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.21.2 - A negociação será conduzida por meio do sistema, com registro acessível aos demais participantes.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.21.3 - O resultado da negociação será registrado e juntado aos autos do processo.

6.21.4 - Após a negociação, o licitante mais bem classificado deverá, no prazo de até 2 (duas) horas, enviar nova proposta adequada ao valor negociado, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

6.21.5 - A critério do Pregoeiro, o prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado no chat do sistema antes do término do prazo originalmente concedido.

6.22 - Encerradas as negociações, será iniciada a fase de aceitação da proposta, com posterior julgamento pela Administração, observado o atendimento às exigências técnicas e condições previstas no Edital e no Termo de Referência.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a negociação, o Pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e à análise da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no grupo ao qual concorreu, nos termos da legislação aplicável.

7.2 - A verificação incluirá a consulta à regularidade do licitante, especialmente quanto à existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, por meio dos seguintes cadastros:

7.2.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos disponíveis no portal da Controladoria-Geral da União;

7.2.4 - Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.3 - A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.3.1 - A consulta será realizada em nome da empresa e, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, também em nome de seu sócio majoritário, visando à detecção de eventual impedimento de participação.

7.4 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.5 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.5.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.6 - Caso a proposta tenha sido beneficiada pelo regime jurídico diferenciado aplicável às microempresas ou empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará o enquadramento regular da empresa.

7.7 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, quando cabível, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

relação ao valor estimado ou ao preço máximo definido para a contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o atendimento às especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

7.8 - O licitante detentor da melhor proposta classificada poderá ser convocado para, no prazo fixado pelo Pregoeiro, encaminhar, por meio do sistema eletrônico, proposta ajustada ao lance final, bem como catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, declarações do fabricante, laudos ou outros documentos idôneos que permitam comprovar a conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

7.8.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o prazo para apresentação da documentação complementar de que trata o subitem anterior.

7.8.2 - A documentação complementar terá por finalidade comprovar que os bens ofertados atendem às características, funcionalidades, desempenho, padrões de qualidade e demais requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência, inclusive quanto a marca, modelo, fabricante, conectividade, compatibilidade, garantia e assistência técnica, quando cabível.

7.8.3 - Durante a fase de julgamento, poderão ser realizadas diligências para saneamento da proposta e verificação da conformidade técnica dos bens ofertados, inclusive com solicitação de esclarecimentos complementares ao licitante, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvadas as hipóteses admitidas pela legislação.

7.8.4 - A licitante deverá disponibilizar, sem ônus para a Administração, todos os documentos e informações necessários à análise técnica da proposta, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

7.8.5 - Será considerada aceitável a proposta que demonstrar atendimento satisfatório às exigências técnicas e comerciais estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.

7.8.6 - O resultado da análise técnica da proposta será formalizado nos autos do processo e comunicado por meio do sistema eletrônico.

7.8.7 - Não será aceita a proposta da licitante que deixar de apresentar a documentação complementar solicitada no prazo estabelecido, ou que não comprovar o atendimento às exigências técnicas mínimas previstas no Termo de Referência, hipótese em que serão convocadas as licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.9 - A proposta será desclassificada quando:

7.9.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.9.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.9.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10 - Havendo indícios de inexequibilidade da proposta, ou sendo necessário esclarecer a composição do preço ofertado, o Pregoeiro realizará diligência para que o licitante demonstre a exequibilidade de sua proposta, mediante apresentação de justificativas, documentos e informações complementares que entender pertinentes.

7.11 - A inexequibilidade somente será reconhecida após diligência do Pregoeiro e análise fundamentada dos elementos apresentados pelo licitante, assegurada a oportunidade de manifestação prévia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.12 - Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica especializada no objeto.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação das licitantes será verificada, preferencialmente, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou sistema equivalente adotado pelo Crea-GO, e da documentação especificada neste Edital.

8.1.1 - Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos níveis pertinentes à habilitação, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado, em relação às empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2 - Habilitação Jurídica:

8.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a regulamentação aplicável;

8.2.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

8.2.6 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971, sem prejuízo dos demais documentos previstos na legislação específica aplicável;

8.2.7 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.8 - Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto desta licitação e as atividades constantes do ato constitutivo da licitante, conforme a natureza da pessoa jurídica.

8.3 - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.3.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

8.3.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

8.3.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, quando exigível;

8.3.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF ou quando exigida especificamente neste Edital.

8.5 - Para fins de qualificação técnica, será exigida:

8.5.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.5.2 - Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a fornecimentos anteriores compatíveis com o objeto desta licitação, considerados os grupos ou itens pertinentes, vedadas exigências desnecessárias ou desproporcionais;

8.5.3 - Será admitida, para fins de comprovação da aptidão técnica, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que demonstrem a capacidade do licitante para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto licitado, observada a vedação a exigências excessivas ou restritivas à competitividade;

8.5.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.5.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.5.6 - A Administração poderá solicitar, durante a fase de julgamento ou de habilitação, catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, declarações do fabricante, laudos ou outros documentos idôneos que permitam comprovar a conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, podendo a análise técnica das propostas ser realizada pela Coordenadoria de Cerimonial e Eventos, na qualidade de setor demandante.

8.6 - Qualificação econômico-financeira:

8.6.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.6.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

8.6.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.6.4 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.6.5 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped;

8.6.6 - Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo ao qual concorrer, observado o art. 69 da Lei nº 14.133/2021;

8.6.7 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser verificado pelo Pregoeiro com base na documentação contábil apresentada pelo fornecedor, sem prejuízo da apresentação de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, quando necessária à adequada comprovação.

8.7 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, sem prejuízo da apresentação em formato digital quando admitida pelo sistema eletrônico e pela legislação aplicável.

8.8 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.10 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.11 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento das obrigações legais e contratuais assumidas, inclusive aqueles decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e das demais normas aplicáveis à execução do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.12 - Somente será necessário comprovar o preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.13 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que estes se tornem desatualizados.

8.14 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação.

8.15 - Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

8.16 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.17 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 - Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.18.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.19 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, observado, para o licitante convocado, o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro para envio dos documentos de habilitação não contemplados no SICAF, sem prejuízo dos demais prazos relativos a recurso, saneamento e diligências.

8.21 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação fiscal, social e trabalhista, ainda que essa documentação apresente alguma restrição, hipótese em que será assegurado o prazo de regularização previsto na legislação aplicável, para fins de contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Da decisão que julgar as propostas, habilitar ou inhabilitar licitantes, bem como dos atos de anulação ou revogação da licitação, caberá recurso nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de **3 (três) dias úteis**, contado da data da intimação do ato ou da divulgação da respectiva ata no sistema eletrônico.

9.3 - Quando o recurso tiver por objeto o julgamento das propostas ou o ato de habilitação/inabilitação, deverão ser observadas as seguintes condições:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, no prazo máximo de **10 (dez) minutos**, contado da abertura da fase recursal no sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento das propostas ou da ata de habilitação ou inabilitação, conforme o ato recorrido, observado o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 - Os recursos serão formalizados e enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico adotado para o certame, em campo próprio, observado o prazo legal.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, por intermédio do Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Recursos interpostos fora dos prazos legais não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da intimação ou da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, assegurado o acesso aos autos e aos documentos necessários à defesa.

9.8 - A interposição de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida, até a deliberação final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.9 - O acolhimento total ou parcial do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, preservando-se os demais, em conformidade com o art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e decorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou após o julgamento definitivo dos recursos eventualmente apresentados, o processo será encaminhado à autoridade competente para:

10.1.1 - Proceder à adjudicação do objeto à licitante vencedora do grupo correspondente, em conformidade com o resultado final do certame.

10.1.2 - Homologar o resultado da licitação, após verificar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, nos termos da minuta constante do Anexo III deste Edital, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.2.1 - Será admitida a assinatura digital do Contrato por meio eletrônico, desde que realizada na forma admitida pela legislação aplicável e aceita pela Administração, observando-se o prazo estabelecido no item 11.2.

11.2.2 - A Administração poderá encaminhar o Contrato à licitante por meio eletrônico ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), sendo obrigatório o retorno do documento devidamente assinado no mesmo prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento.

11.2.3 - O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceitação expressa da Administração, formulada antes do término do prazo original.

11.3 - A assinatura do Termo de Contrato implicará o reconhecimento de que:

11.3.1 - A Contratada permanece integralmente vinculada à proposta apresentada e a todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, bem como no Termo de Referência;

11.3.2 - As hipóteses de extinção contratual serão aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Contrato e neste Edital.

11.4 - O prazo de vigência da contratação será de **6 (seis) meses**, contados da data de assinatura do Contrato, nos termos do Termo de Referência e da minuta contratual.

11.5 - Antes da formalização da contratação, a Administração realizará, no mínimo, consultas:

11.5.1 - Ao SICAF, ou sistema equivalente adotado pelo Crea-GO, para verificação de eventual impedimento, suspensão ou ocorrência impeditiva à contratação;

11.5.2 - Aos cadastros e sistemas oficiais pertinentes, para verificar a manutenção das condições de habilitação e eventual existência de impedimento de contratar com o poder público.

11.6 - Caso o fornecedor ainda não esteja inscrito no SICAF, ou em sistema equivalente adotado pelo Crea-GO, e a contratação exija a assinatura do Contrato, deverá providenciar seu cadastramento, sem ônus, previamente à assinatura, quando exigido pela Administração.

11.7 - Constatada irregularidade no cadastro do SICAF, ou em outra condição de habilitação, a adjudicatária deverá promover a regularização no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da ciência, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.

11.8 - No momento da assinatura do Contrato, poderá ser exigida a reapresentação, quando solicitado, da documentação de habilitação devidamente atualizada, devendo as condições habilitatórias ser mantidas durante toda a vigência contratual.

11.9 - Caso o adjudicatário não comprove a manutenção das condições de habilitação ou se recuse a formalizar a contratação, a Administração poderá convocar o licitante classificado em posição subsequente, observada a ordem de classificação por grupo, para celebrar o Contrato, desde que atenda aos requisitos de habilitação, mantenha proposta válida e aceite negociar as condições contratuais, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao adjudicatário originalmente convocado.

11.10 - Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, para os fins da Lei nº 14.133/2021, o licitante, adjudicatário ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar qualquer documento solicitado pelo Pregoeiro durante a sessão da licitação;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de manter a proposta apresentada, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor resultante de eventual negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) Não apresentar documentação complementar, catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, declarações do fabricante, laudos ou outros elementos técnicos exigidos para análise da proposta, quando cabíveis;
- e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações deste Edital e seus Anexos.

12.1.3 - Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando regularmente convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o Contrato no prazo estabelecido;

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração sabidamente falsa durante a licitação;

12.1.6 - Fraudar a licitação, por qualquer meio;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio com outros licitantes ou em desconformidade com a legislação;
- b) Induzir deliberadamente a erro o julgamento da Administração.

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar, por qualquer meio, os objetivos da licitação;

12.1.9 - Praticar ato lesivo à Administração Pública, na forma do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 - Pela prática das infrações administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as seguintes sanções:

12.2.1 - Advertência escrita;

12.2.2 - Multa, moratória ou compensatória, a ser aplicada de acordo com a natureza e a gravidade da infração, nas hipóteses e percentuais previstos na cláusula 14 da Minuta de Termo de Contrato (Anexo III), que integra este Edital, observado, em especial:

- a) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;
- b) Multa compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do grupo adjudicado ou do valor contratado, conforme o caso;
- c) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.3 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do grupo adjudicado ou do valor contratado, conforme o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

d) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.2 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do grupo adjudicado ou do valor contratado, conforme o caso;

e) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.1 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertença o órgão ou entidade responsável pela licitação, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 - As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração, garantindo-se ao interessado o direito à defesa prévia, especialmente para aplicação de multa, cujo prazo para manifestação será de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação.

12.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será, em regra, aplicada nas hipóteses de não entrega da documentação exigida, não manutenção da proposta ou não celebração do Contrato, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.

12.5 - A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada, dentre outras hipóteses, quando verificada a apresentação de documentos ou declarações falsas, a prática de fraude à licitação, o comportamento inidôneo, a prática de atos ilícitos voltados à frustração da licitação ou outras condutas de elevada gravidade que justifiquem penalidade mais severa que o impedimento de licitar e contratar, observando-se o disposto no § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 quanto ao prazo de duração.

12.6 - A recusa injustificada em assinar o Contrato, dentro do prazo fixado pela Administração, será considerada descumprimento total da obrigação assumida e acarretará as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.7 - A apuração das infrações que possam ensejar as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo de responsabilização conduzido por comissão designada para esse fim, assegurados ao licitante, adjudicatário ou contratado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa escrita, contado da intimação, podendo o interessado indicar as provas que pretenda produzir.

12.8 - Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato no prazo de **5 (cinco) dias úteis** ou encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente instruído, para decisão no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

12.9 - Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, também no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, devendo a decisão ser proferida no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento do pedido pela autoridade competente.

12.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida até a decisão final da autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

12.11 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nem a possibilidade de responsabilização nas esferas civil e penal, quando cabível.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por suposta irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame.

13.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser formulados por escrito e encaminhados, preferencialmente, por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame ou, subsidiariamente, por meio eletrônico para o e-mail licitacoes@creago.org.br, observado o prazo estabelecido no subitem anterior.

13.3 - As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, no sítio eletrônico oficial do Crea-GO e, quando cabível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, observado o limite do último dia útil anterior à data de abertura do certame, e passarão a integrar este Edital para todos os fins.

13.4 - A apresentação de impugnação ou de pedido de esclarecimento não suspende, por si só, os prazos do certame.

13.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser expressamente motivada pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, nos autos do processo licitatório.

13.4.2 - Acolhida a impugnação que implique alteração deste Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com a devida divulgação no sistema eletrônico utilizado para a realização da licitação, no sítio eletrônico oficial do Crea-GO e, quando necessário, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, reabrindo-se os prazos originalmente estabelecidos, conforme o caso.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Aplicam-se a esta licitação, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

14.2 - Será lavrada e divulgada ata circunstanciada de todas as sessões públicas realizadas no sistema eletrônico, contendo, no mínimo, o registro dos principais atos praticados, das decisões adotadas e dos participantes presentes, a qual ficará disponível para consulta pelos interessados.

14.3 - Na hipótese de não haver expediente na data prevista para a realização do certame, ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da sessão pública na data e horário marcados, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo se houver comunicação em contrário do Pregoeiro, devidamente divulgada no sistema eletrônico.

14.4 - O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, sempre que julgar necessário, devendo registrar, no campo de mensagens (“chat”) do sistema eletrônico, a motivação da suspensão, bem como informar a nova data e horário previstos para reabertura e prosseguimento da sessão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.5 - Todas as referências de tempo constantes deste Edital, bem como aquelas realizadas durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília-DF, independentemente do fuso horário do local de onde o licitante estiver acessando o sistema.

14.6 - Fica assegurado ao Crea-GO o direito de (i) revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas; e (ii) anular o procedimento licitatório, de ofício ou mediante provocação, quando constatada ilegalidade insanável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.7 - A homologação do resultado da licitação não implicará direito subjetivo à contratação, cabendo à Administração decidir, motivadamente, pela celebração ou não do ajuste, observados o interesse público e disponibilidade orçamentária.

14.8 - O Contrato decorrente desta licitação poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

14.8.1 - Nas hipóteses de extinção contratual por ato da Administração, serão devidos à contratada os pagamentos relativos às parcelas efetivamente executadas do objeto e, quando for o caso, a indenização pelos prejuízos regularmente comprovados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.9 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas de modo a promover a ampliação da disputa e da competitividade, desde que preservados o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade do certame e a segurança da contratação.

14.10 - Os licitantes assumem, integralmente, todos os custos decorrentes da preparação, elaboração e apresentação de suas propostas, bem como da participação nas demais fases do certame, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade ou ressarcimento, em qualquer hipótese, independentemente do resultado da licitação.

14.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.12 - Os prazos somente se iniciarão e vencerão em dias de expediente regular na Administração.

14.13 - O descumprimento de exigências meramente formais, que não sejam consideradas essenciais e não comprometam a isonomia entre os licitantes nem a segurança da contratação, não importará, por si só, na exclusão do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e sejam observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público.

14.14 - Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e aquelas constantes de seus Anexos, bem como de quaisquer outros documentos que integrem o processo licitatório, prevalecerão as disposições do Edital e, subsidiariamente, as do Termo de Referência, devendo a Administração promover ajustes formais eventualmente necessários.

14.15 - O Edital e todos os seus Anexos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta e download, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico do Crea-GO.

14.15.1 - Anexo I – Termo de Referência;

14.15.2 - Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

14.15.3 - Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

Goiânia, 23 de junho de 2026.

Antonio Carlos Costa de Holanda
Área de Edital e Termo de Referência
Departamento de Licitação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de audiovisual destinados à modernização e ao aparelhamento da infraestrutura tecnológica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, compreendendo sistemas de sonorização, captação, gravação, transmissão de áudio e vídeo e respectivos acessórios, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência, organizados em **2 (dois) grupos**:

GRUPO 1 – SONORIZAÇÃO					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor estimado (R\$)	
				Unitário	Total
1	<p>Caixa de Som Amplificada Ativa Bluetooth Bivolt Seleccionável.</p> <p>Potência de Saída (RMS) mínima: 500 W, Potência de Pico mínimo: 1000 W, Ativa, 2 vias (bi-amplificada), Driver de Graves (Woofers): 1 x 10" (250 mm), Driver de Agudos (Tweeter): 1 x 1" (25 mm) com waveguide de imagem estéreo, Resposta de Frequência: 44 Hz – 20kHz (-10dB) Tipo de Amplificador: Classe D (alta eficiência)</p> <p>Conectividade e Controles:</p> <p>Canal 1: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Canal 2: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Entrada Auxiliar: Entrada estéreo RCA (desbalanceada) Saída: Saída XLR balanceada de mixagem (permite conectar a outra caixa ou ao sistema de som principal) Conexão Sem Fio: Bluetooth®</p> <p>Controles no Pannel Traseiro: Botão de Ligar/Desligar (Power), Controles de ganho de volume independentes para o Canal 1 e Canal 2, Controle de volume para a entrada Auxiliar/RCA, Equalizador de 3 bandas (Bass, Mid, Treble) para o Canal 1, Chave seletora para função "Monitor", Conector para entrada de energia</p> <p>Material do Gabinete: Policarbonato injetado de alta resistência, Grade de Proteção: De aço, pintada com tinta epóxi de alta durabilidade;</p> <p>Acessórios de Montagem: Soquete padrão para tripé de 35 mm (1-3/8"); Alimentação Elétrica: Voltagem: Bivolt (Seleccionável: 100V-120V / 220V-240V);</p> <p>Garantia contratual mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de referências: Caixa Acústica Behringer B 112 MP3, JBL EON715 ou superior</p>	un.	4	4.885,63	19.542,52



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2	Par de Caixa Acústica Ambiente Acabamento: injetada em plástico e tela frontal em alumínio, com alto-falantes: 6" WO cone PP + 1" TW dorno PEI; Potência: 50 W RMS (cada), Potência de Pico: 100 W, Resposta de frequência: 85 Hz a 20 kHz, Dimensões: Altura: 28,5 cm, Largura: 21,5 cm, Profundidade: 17,7 cm Modelo de referência: JBL C621b 100 W o par	un.	7	1.203,76	8.426,32
3	Kit de microfones sem fio duplo profissional Microfones incluídos: 2x transmissores de mão com cápsulas dinâmicas Alcance mínimo de 100 m Alimentação com par de pilhas AA Padrão de captação: cardioide Receptor: Rack-mountable (1 U), com tela LCD, saídas XLR e TRS Recursos adicionais: Auto-scan de frequência, sincronia IR, compatível com controle remoto e gerenciamento de canais Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Modelos de referências: Sistema de Microfone Sem Fio de Mão Dual XSW1-835-DU Sennheiser ou Microfone Sem Fio Duplo Shure SLXD24D/SM58	un.	5	6.314,50	31.572,50
4	Amplificador de potência digital de 3000 W Amplificador Classe D; Entrega 2 x 1500 Watts em 2 Ohms; 2 x 900 Watts em 4 Ohms; 3000 Watts em 4 Ohms (modo bridge); Fonte de alimentação de modo de comutação ultraeficiente para áudio sem ruído; Crossover estéreo integrado com modo de corte baixo, corte alto e alcance total, compensação de impedância; Controles de ganho graduados e iluminados para ajuste preciso de nível; Conectores de entrada combinados XLR e 1/4 " TRS para compatibilidade com qualquer fonte; Conectores de alto-falante com trava de torção profissional Modelo de referência: Behringer NX3000	un.	4	5.385,49	21.541,96
5	Cabo PP de 2x1,00mm² Fabricação em 100% cobre eletrolítico; 2 vias	Bobina de 100 m	6	483,29	2.899,74
6	Mesa de som de 12 canais Mixer USB de 12 canais com compressão de um botão, 2 envios auxiliares, 2 barramentos e EQ de 3 bandas por canal, Mono/Estéreo: 6/2; Buses Mix: 1/2; 6 Pré-Amplificadores XENYX para Microfones; EQs 3-bandas nos canais MONO; Canal de Envio de efeito MON/FX: 1/1;- Retornos de Efeitos: 2 estéreo; Interface/Saída USB: 2-entradas/2-saídas - Presets do Processador FX: LED Phantom Power +48; Modelo de referência: Behringer XENYX QX1222USB	un.	3	3.300,23	9.900,69



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7	Mesa de som de 8 canais 4 Canais XLR/P10(MONO) e 4 canais estéreo 1 canal mono, Equalizador de 3 bandas ou Superior Phantom Power Interface USB/áudio integrada bidirecional Pré-amplificadores de microfone Filtro Low Cut nos canais mono Compressores One-knob nos canais mono Alimentação: Bivolt (100-240 V) Modelo de referência: Behringer Xenyx Q1204 USB	un.	1	2.798,37	2.798,37
8	Case rack 12u + 2 gavetas com tampa para monitor Com tampa para monitor e tampas que viram bancadas laterais. Dimensões externas 52 x 65 x 100 cm altura.	un.	2	2.387,87	4.775,74
9	Equalizador gráfico estéreo profissional de 2 canais e 31 bandas de equalização Entradas e saídas slaves balanceadas 1/4" TRS e conectores XLR banhados a ouro, Ultra-baixo ruído; Saída de subwoofer mono dedicada com frequência de crossover ajustável; Filtros adicionais de corte de graves e agudos ajustáveis para cada canal removem frequências indesejadas, como ruídos do chão, chiados, etc. Analisador de áudio Indicadores LED níveis de entrada / saída; Largura de banda de 1/3 de oitava; Range (subida / descida) +/- 6 dB ou +/- 12 dB, comutável; Resposta de frequência: 10 Hz a 30 kHz, Faixa de frequência: 20 Hz a 20 kHz por 1/3 de oitava; Tensão bivolt 100 a 240 VAC, 50/60 Hz; Modelo de referência: Behringer ULTRAGRAPH PRO FBQ6200HD	un.	3	2.500,48	7.501,44
10	Fone de ouvido profissional Tamanho do driver 40 mm; Resposta de frequência 10 a 22.000 Hz; Cabo 3m; Com plugue de 6,3 mm e 3,5 mm; Conectores banhados a ouro. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Modelo de referência: Sennheiser HD 560S ou Shure SRH440A	un.	4	1.007,67	4.030,68
11	Cabo de áudio P10 estéreo para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4	38,63	154,52
12	Cabo de áudio P10 estéreo para P10 estéreo Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4	62,90	251,60
13	Cabo de áudio P10 estéreo para XLR macho Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4	53,01	212,04



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 5 metros	un.	4	82,34	329,36
15	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 1,5 metro	un.	20	60,39	1.207,80
16	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 20 metros	un.	4	151,47	605,88
17	Monitor de áudio profissional Potência de Saída(RMS): 56; Pico máximo de SPL 112dB; Tamanho do driver de baixa frequência: 203 mm (8"); Tamanho do driver de alta frequência: 25 mm (1"); Configuração de potência: bi-amplificada; Tensão de entrada AC: 100 – 240 VCA (±10%), 50 / 60 Hz; Tipos de entrada analógica: 1 fêmea XLR, 1 fêmea TRS, balanceada; Sensibilidade da entrada: 92 dB / 1 m (entrada de -10 dBV) Modelo de referência: JBL 308P MkII	un.	4	2.362,31	9.449,24
Valor total estimado do Grupo 1 (R\$):				125.200,40	

GRUPO 2 – FILMAGEM					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor estimado (R\$)	
				Unitário	Total
18	Mixer de vídeo com 4 entradas HDMI Modo de reunião personalizado, exibe 4 janelas simultaneamente, com 4 entradas HDMI e 4 entradas SDI com suporte a 4K, 1 saída PGM, 1 saída PVW (AUX), 1 AUX, 1 para gravação em segundo plano, cartão SD e downstream. Controle PTZ: Controla até 4 câmeras PTZ via VISCA, Controle IP sem fio: para controlar o mixer de vídeo a partir de PC, celular ou iPad. Gravação e reprodução e <i>streaming</i> RTMP duplo: Transmitir para 2 destinos RTMP. Modo paisagem e retrato: PIP/POP: Personalizar 2 fluxos de imagem sobre imagem. Tela mínima de 10 polegadas de alta precisão. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Modelos de referências: FEELWORLD L4 Multi-câmera Vídeo Mixer Switcher 10.1" Touch Screen USB3.0 Fast <i>streaming</i> ou CineTreak Stream Master SDI	un.	4	7.086,81	28.347,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

19	<p>Câmera PTZ 4K HDMI/SDI com AI Tracking</p> <p>Com zoom óptico mínimo de 15x e múltiplas interfaces de saída de vídeo, transmite até 4 saídas de vídeo simultâneas, incluindo HDMI, LAN, 3G-SDI e USB 3.0 ou superior, com suporte a PoE. Com suporte à codificação H.264/H.265 e CMOS de alta SNR. Compatível com vMix, OBS, Zoom, Skype e outros softwares de videoconferência. Com movimento silencioso de panorâmica/inclinação, rotação horizontal: -170°~ +170°, rotação de inclinação: -30°~ +90°.</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Rastreamento por IA (AI Tracking)</p> <p>Modelos de referência: Câmera NDI PTZ UHD HDMI/SDI 4K ou OBSBOT Tail 2 AI</p>	un.	12	6.407,50	76.890,00
20	<p>Extensor de Sinal HDMI Estender TX/RX para 120 metros.</p> <p>Suporta resoluções 1080, Full HD, suporta largura de banda Ethernet 100 m, compatível com HDCP; Com fonte de alimentação elétrica de 220 V para 5 Vdc.</p> <p>Modelo de referência: Extensor HDMI 120 Metros Intelbras VEX 3120</p>	un.	10	1.115,70	11.157,00
21	Cabo HDMI 2.1 de 20 metros	un.	8	159,69	1.277,52
22	Cabo HDMI 2.1 de 15 metros	un.	8	106,61	852,88
23	Cabo HDMI 2.1 de 5 metros	un.	2	35,31	70,62
24	Cabo HDMI 2.1 de 1 metro	un.	12	10,00	120,00
25	<p>Cabo de rede cat6 - 305 metros</p> <p>Fabricação em 100% cobre</p>	un.	2	504,05	1.008,10
26	Suporte universal de teto/parede para projetor.	un.	8	132,37	1.058,96
27	<p>Suporte/tripé para projetor/notebook dobrável</p> <p>Ajuste de altura de 0,57 m a 1,6 m. Grau de inclinação de 180° Estrutura de metal e ABS</p>	un.	4	511,06	2.044,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

28	Apresentador/Passador de Slides Range/alcance mínimo 20 m; Pointer/Apontador laser e Compatível com TVs e telas LCD Conexão USB e Bluetooth Plug & Play Compatibilidade com Windows e MacOS Alimentação com duas pilhas ou bateria recarregável Modelo de referência: Logitech Spotlight	un.	8	665,31	5.322,48
29	Câmera full-frame Capacidade de gravação de filmes ininterrupta até 4K a 60p; Capacidade de transmissão ao vivo 4k (3840x2160) para um computador por USB (UVC/UAC) ou uma rede LAN com ou sem fios; Compatível com cartões de memória SDXC/SDHC UHS-II/UHS-I; Conectividades: porta HDMI tipo A, USB tipo C para alimentação e comunicação, Micro USB, entrada de microfone; Sensibilidade ISO: 100-51200; Tela TFT de mínimo 3 polegadas. Modelo de referência: Sony fx2	Un.	2	18.740,41	37.480,82
30	Lente de câmera full frame/APS-C 24-70mm Faixa de Foco: 24-70mm (36-105mm em APS-C) Abertura: Constante f/2.8 até f/22 Distância mínima do foco: 21 cm Tipo de foco: autofocus Cobertura do Formato da Lente: full-frame Modelo de referência: Lente Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II	Un.	2	16.918,03	33.836,06
31	Tripé profissional hidráulico para câmera Compatível com câmeras DSLRs e mirrorless; Nível de bolha Tipo de rosca: 1/4"; Altura máxima: aproximadamente 165 cm; Altura mínima: aproximadamente 40 cm; Cabeça hidráulica nos movimentos pan 360° e tilt 90° com travas independentes; Placa de liberação rápida deslizante para fixação da câmera com parafuso tamanho 1/4 (universal); Suporta cargas até 6,8 kg; Bolsa para transporte; Garantia contratual mínima de 12 (doze) meses. Modelo de referência: Tripé Benro KH-26PC e Plate QR11 deslizante para encaixe de câmera	Un.	2	1.486,55	2.973,10
32	Estabilizador Gimbal de no mínimo três eixos compatível com a câmera do item 29 Modelo de referência: Estabilizador Dji Rs 5 Combo Br	Un.	2	6.878,42	13.756,84



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

33	Cartão de Memória UHS-II V90 256 GB Capacidade do cartão: 256 GB; UHS-II V90; Grava Vídeos 4K e Full HD; Velocidade mínima de leitura: 300 MB/s; Velocidade mínima de gravação: 260 MB/s; À prova de água, choque, vibração e raios-X.	Un.	4	1.435,91	5.743,64
34	Drone Quantidade de baterias incluídas: 3; GPS incluído; Com conexão Wi-Fi; Resolução máxima da câmera 4K; Função de retorno automático Inclui controle remoto com tela; Gravação de vídeo HDR em 4K/60fps; Vídeo em câmera lenta em 4K/120 fps; Detecção de obstáculos omnidirecional noturna com LiDAR frontal; Tempo máximo de voo: acima de 34 min; Autonomia e alcance: acima de 10 km até 20 km; Hélices reserva; Bolsa de transporte. Modelo de referência: DJI Mini 5 Pro	Un.	1	12.831,47	12.831,47
Valor total estimado do Grupo 2 (R\$):				234.770,97	
Valor total estimado para a contratação (R\$):				359.971,37	

1.2 - O objeto da contratação é constituído por equipamentos de audiovisual necessários ao desempenho das atividades institucionais do Crea-GO, compreendendo bens permanentes e bens de consumo comuns, conforme classificação estabelecida neste Termo de Referência, de acordo com as normas de contabilidade e de gestão patrimonial aplicáveis.

1.2.1 - Para fins de registro contábil e patrimonial, e, quanto aos bens de consumo, para fins do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.818, de 2021, os itens ficam assim classificados:

a) como bens permanentes, os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 34, por apresentarem, em regra, vida útil superior a **2 (dois) anos** e se destinarem ao uso continuado na infraestrutura de sonorização, captação, gravação e transmissão de áudio e vídeo do Crea-GO; e

b) como bens de consumo comuns, os itens 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25 e 33, por se tratarem de cabos, fiações, cartões de memória e acessórios sujeitos a desgaste pelo uso, perda de funcionalidade, substituição frequente ou baixa durabilidade relativa no contexto operacional.

1.2.2 - Os itens classificados como bens de consumo na alínea “b” do subitem 1.2.1 enquadram-se como bens de consumo de qualidade comum, inexistindo bem de consumo de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3 - As marcas e modelos indicados nas especificações dos itens dos **Grupos 1 e 2** têm caráter meramente referencial, servindo apenas como parâmetro de desempenho e qualidade, sendo admitidos produtos de quaisquer marcas que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, mediante comprovação de equivalência.

2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da contratação será de **6 (seis) meses**, contados da data de assinatura do Contrato, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2 - A vigência contratual não se confunde com os prazos de entrega dos bens e de garantia estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato, que permanecerão válidos mesmo após o término da vigência, quando assim previsto nas respectivas cláusulas.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - O Crea-GO, no exercício de suas atribuições legais de fiscalização do exercício profissional e de proteção da sociedade, realiza sessões plenárias, reuniões técnicas, cursos, eventos institucionais e transmissões oficiais voltadas a profissionais, órgãos públicos e à população em geral. A infraestrutura atualmente disponível no Auditório, no Plenário e no Centro de Eventos encontra-se defasada tecnologicamente, sujeita a falhas de áudio e vídeo, limitações para transmissões on-line e operação em formato híbrido, o que compromete a qualidade dos registros, a efetiva participação remota de conselheiros e convidados e, em última análise, a transparência dos atos do Conselho.

3.2 - A aquisição dos equipamentos de audiovisual especificados – compreendendo sistemas de sonorização, captação, gravação, transmissão de áudio e vídeo e respectivos acessórios (caixas de som, mesas de som, câmeras, microfones, cabos, suportes, entre outros) – mostra-se, portanto, condição necessária para:

3.2.1 - Assegurar a adequada publicidade e documentação das sessões plenárias e demais eventos institucionais;

3.2.2 - Viabilizar reuniões e deliberações em formato híbrido, com participação remota em padrões técnicos compatíveis com as melhores práticas atuais;

3.2.3 - Garantir inteligibilidade, estabilidade e qualidade técnica de áudio e vídeo; e

3.2.4 - Ampliar o acesso da sociedade às decisões e às ações do Crea-GO, em consonância com os princípios da eficiência e da publicidade.

3.3 - A contratação atende aos objetivos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, na medida em que:

3.3.1 - Busca a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, por meio de licitação em modalidade adequada à aquisição de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, com ampla competição;

3.3.2 - Observa a isonomia entre os potenciais fornecedores, com especificações técnicas baseadas em padrões de desempenho e qualidade, e não em marcas exclusivas;

3.3.3 - Promove o desenvolvimento nacional sustentável, ao exigir equipamentos com requisitos objetivos de qualidade, durabilidade e suporte técnico, reduzindo a necessidade de manutenções corretivas constantes e de substituições prematuras; e

3.3.4 - Incentiva a inovação e o uso eficiente de recursos tecnológicos, ao viabilizar a atualização da infraestrutura de audiovisual do Conselho.

3.4 - A necessidade e a adequação da presente contratação foram analisadas e demonstradas no Estudo Técnico Preliminar elaborado para esta demanda, que:

3.4.1 - Caracterizou o interesse público envolvido;

3.4.2 - Descreveu o problema a ser solucionado (defasagem tecnológica e operacional da infraestrutura de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

audiovisual do Crea-GO);

3.4.3 - Avaliou alternativas possíveis e concluiu pela aquisição de novos equipamentos como solução técnica e economicamente mais vantajosa; e

3.4.4 - Recomendou a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, com parcelamento em grupos (sonorização e filmagem), de forma a ampliar a competitividade sem comprometer a integração tecnológica pretendida.

3.5 - Dessa forma, resta evidenciada a imprescindibilidade e a racionalidade da contratação proposta para o pleno atendimento da missão institucional do Crea-GO.

3.6 - As especificações técnicas que envolvem requisitos de maior complexidade tecnológica ou de desempenho, como, exemplificativamente, capacidade de gravação em resolução 4K, utilização de sensores de imagem de maior formato (como full frame), autonomia mínima de voo e alcance de transmissão de sinais de vídeo e controle, zoom óptico mínimo, recursos de rastreamento automático de alvos e de estabilização avançada, decorrem de análise comparativa realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que demonstrou a necessidade desses parâmetros para garantir a adequada cobertura de eventos, a qualidade das transmissões institucionais e a interoperabilidade com a infraestrutura atualmente disponível no Crea-GO, não se confundindo com a escolha prévia de marcas ou modelos específicos.

4 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 - A solução a ser adotada pelo Crea-GO consiste na aquisição, por licitação na modalidade **pregão eletrônico**, de equipamentos de audiovisual, organizados em **2 (dois) grupos**, quais sejam: sonorização e filmagem, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2 - No levantamento realizado na fase de planejamento e consubstanciado no Estudo Técnico Preliminar, não foram identificados requisitos técnicos que restrinjam indevidamente a competitividade de mercado, tendo sido adotadas especificações baseadas em desempenho, funcionalidades e parâmetros de qualidade, com indicação de marcas e modelos apenas como referência. Assim, a solução resume-se à aquisição e à entrega definitiva dos equipamentos solicitados, em quantidade e características compatíveis com as necessidades de modernização do Auditório, do Plenário e do Centro de Eventos do Crea-GO, de forma a viabilizar o pleno funcionamento do sistema de sonorização e de captação e transmissão de áudio e vídeo.

4.3 - A solução contratada compreende, em síntese, as seguintes condições:

4.3.1 - A Contratada deverá realizar a entrega de todos os equipamentos novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais, devidamente lacradas, acompanhados de todos os cabos, conectores, fontes de alimentação, manuais e demais acessórios indispensáveis ao seu funcionamento, conforme especificações deste Termo de Referência.

4.3.2 - Os equipamentos deverão ser compatíveis com a rede elétrica local (220 V ou bivolt, conforme o caso), possuir manuais em língua portuguesa e, quanto aos equipamentos permanentes e de instalação ou utilização continuada na infraestrutura do Crea-GO, contar com assistência técnica autorizada na Região Metropolitana de Goiânia, como condição necessária à efetividade da garantia, à continuidade operacional e à tempestiva manutenção dos bens.

4.3.3 - A solução abrange exclusivamente o fornecimento dos bens, com entrega no endereço indicado na ordem de serviço ou documento equivalente, não incluindo serviços de instalação física, configuração de infraestrutura de rede ou outros serviços de engenharia ou de tecnologia da informação eventualmente necessários à plena utilização dos equipamentos, os quais serão objeto de contratação própria ou de execução por equipes internas do Crea-GO, conforme planejamento específico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão de:

5.1.1 - Tratar-se de fornecimento pontual de equipamentos de audiovisual, de baixa complexidade operacional, para o qual não se mostra necessária a reunião de capacidades empresariais distintas para viabilizar a execução do objeto;

5.1.2 - Existir, no mercado, número suficiente de empresas aptas a fornecer, individualmente, os bens dos **Grupos 1** (Sonorização) e **2** (Filmagem), sem prejuízo à competitividade do certame;

5.1.3 - O consórcio acarretar incremento relevante na complexidade da habilitação, da gestão e da responsabilização contratual, sem contrapartida proporcional em termos de economia de escala ou de ganho de eficiência, o que não se coaduna com os princípios da eficiência e da razoabilidade;

5.1.4 - Atender-se ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, que admite vedação à participação em consórcio, quando devidamente justificada no processo licitatório.

5.2 - Será permitida a participação de sociedades cooperativas, observado que:

5.2.1 - A constituição e funcionamento da cooperativa deverão observar a legislação específica aplicável, especialmente a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2 - O estatuto e o objeto social da cooperativa deverão ser compatíveis com o objeto desta licitação, admitindo o fornecimento de equipamentos de audiovisual, eletroeletrônicos ou correlatos;

5.2.3 - A cooperativa deverá apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, na forma do art. 16, II, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.4 - Qualquer cooperado, com igual qualificação, deverá ser capaz de executar o objeto, vedada a indicação nominal de pessoas pela Administração, conforme art. 16, III, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.5 - É vedada a utilização da cooperativa como mera intermediadora de mão de obra, devendo ser observadas as vedações da legislação trabalhista e cooperativista quanto à intermediação fraudulenta, em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União;

5.2.6 - É vedada a imposição de requisitos adicionais de participação, para sociedades cooperativas, que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, em especial aqueles que contrariem o art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 - As marcas e modelos eventualmente indicados neste Termo de Referência têm caráter meramente referencial, servindo apenas como parâmetro de desempenho e qualidade, sendo admitidos produtos de quaisquer marcas que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas.

5.3.1 - A prova de qualidade e de conformidade dos produtos apresentados como similares às marcas e modelos de referência será admitida por meio de certificação, certificado, laudo laboratorial, catálogo oficial, ficha técnica ou documento equivalente que permita aferir a qualidade e a conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

5.3.2 - A Administração poderá, na fase de recebimento, realizar testes e avaliações técnicas para confirmar a equivalência, preservada a isonomia entre licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.3.3 - Os requisitos técnicos relacionados, entre outros, à capacidade de detecção de obstáculos, estabilização de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

imagem, autonomia de bateria, alcance de transmissão, tipo e ao tamanho do sensor de imagem, resolução de vídeo e interfaces de conexão foram definidos com base em necessidades funcionais da Administração, compatíveis com o ambiente de uso e com o nível de qualidade exigido para a adequada documentação e transmissão de eventos institucionais, admitidas quaisquer soluções tecnológicas que atendam ou superem os parâmetros mínimos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3.4 - Eventual menção, nas especificações técnicas ou modelos de referência, a tecnologias, protocolos, recursos ou sistemas proprietários de determinados fabricantes, como, exemplificativamente, tecnologias específicas de detecção de obstáculos, de rastreamento por inteligência artificial ou de estabilização de imagem, não implica exigência de adoção dessas mesmas tecnologias, desde que os licitantes demonstrem, mediante documentação técnica idônea, que os produtos ofertados atingem desempenho funcional equivalente ou superior ao mínimo definido neste Termo de Referência.

5.4 - Não será exigida a apresentação de amostras pelos licitantes, tendo em vista que os equipamentos de audiovisual objeto desta contratação se enquadram na classificação de bens comuns, tratando-se de itens manufaturados e amplamente comercializados no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais de mercado.

5.5 - Em razão da relevância da qualidade, da continuidade do suporte técnico e da disponibilidade de peças de reposição para os equipamentos principais de audiovisual objeto desta contratação, e com fundamento no art. 41, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante vencedora, quando atuar na condição de revendedora, distribuidora ou representante comercial, poderá ser instada a apresentar, como condição para assinatura do contrato, **carta de solidariedade** emitida pelo fabricante ou documento equivalente, conforme aplicável à natureza do bem, especialmente em relação aos equipamentos permanentes de maior complexidade técnica.

5.5.1 - A carta de solidariedade ou documento equivalente de que trata o item 5.5 deverá, quando aplicável:

- a) Comprovar a legitimidade da cadeia de fornecimento dos equipamentos ofertados;
- b) Assegurar o atendimento das condições de garantia contratual e assistência técnica previstas neste Termo de Referência; e
- c) Indicar a disponibilidade de suporte técnico e de peças de reposição, quando aplicável à natureza do equipamento.

5.5.2 - A exigência de carta de solidariedade ou documento equivalente limitar-se-á à licitante vencedora e aos equipamentos em que tal comprovação se mostre tecnicamente justificável, não constituindo requisito de participação ou de habilitação das demais licitantes, nem se aplicando, em regra, a cabos, fiações, suportes, cartões de memória e demais acessórios de baixa complexidade técnica.

5.6 - Não será exigida da Contratada a garantia de execução do Contrato de que tratam os arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da natureza do objeto (fornecimento pontual de bens) e do valor estimado da contratação, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do ajuste e da aplicação das sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

5.7 - Independentemente da dispensa de garantia de execução contratual prevista no item 5.6, será exigida garantia de qualidade dos bens fornecidos (garantia do produto), composta pela garantia legal e pela garantia contratual do fabricante ou da própria Contratada, observadas as seguintes regras:

5.7.1 - O prazo de garantia legal dos bens observará o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), assegurando-se, para bens duráveis, o prazo mínimo de **90 (noventa) dias corridos**, contado do recebimento definitivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

a) A garantia de qualidade dos bens de que trata esta cláusula não se confunde com a garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021, a qual não será exigida na presente contratação, nos termos do item 5.6.

b) Terão garantia contratual mínima de **24 (vinte e quatro) meses**, além da garantia legal de que trata o subitem 5.7.1, os seguintes itens, em consonância com as respectivas especificações técnicas: item 1 (Caixa de Som Amplificada Ativa Bluetooth Bivolt Seleccionável), item 3 (Kit de microfones sem fio duplo profissional), item 10 (Fone de ouvido profissional) e item 19 (Câmera PTZ 4K HDMI/SDI com AI Tracking), sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.

5.7.2 - O item 31 (Tripé profissional hidráulico para câmera) terá garantia contratual mínima de **12 (doze) meses**, além da garantia legal de que trata o subitem 5.7.1, em conformidade com a respectiva especificação técnica, sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.

5.7.3 - Os demais itens não abrangidos pela alínea “b” do subitem 5.7.1 e pelo subitem 5.7.2 terão garantia contratual mínima de **12 (doze) meses**, além da garantia legal de que trata o subitem 5.7.1, contados do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.

5.7.4 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, abrangendo peças, mão de obra, deslocamentos e demais insumos necessários;

5.7.5 - A garantia abrange a realização de manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

5.7.6 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e demais correções necessárias ao restabelecimento das condições normais de funcionamento;

5.7.7 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, vedada a utilização de peças usadas ou reconcondicionadas de qualidade inferior;

5.7.8 - Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada, salvo prazo diverso mais vantajoso expressamente ofertado na proposta;

5.7.9 - O prazo indicado no subitem 5.7.8 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada da Contratada, aceita pela Contratante;

5.7.10 - No caso de prorrogação do prazo para reparo ou substituição, a Contratada deverá disponibilizar, sem custos adicionais, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos;

5.7.11 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou sem apresentação de justificativa aceita, fica a Contratante autorizada a adotar as medidas necessárias à correção do vício ou defeito, inclusive mediante contratação de terceiro, podendo exigir da Contratada o reembolso integral dos respectivos custos, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelas obrigações de garantia legal e contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.7.12 - O custo relativo ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia, inclusive retirada e devolução nas dependências da Contratante, será de responsabilidade exclusiva da Contratada;

5.7.13 - A garantia legal ou contratual dos bens possui prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado para a vigência do Contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após o término do prazo contratual, quando cabível;

5.7.14 - Para os equipamentos permanentes e de instalação ou utilização continuada na infraestrutura do Crea-GO, deverá haver assistência técnica autorizada na Região Metropolitana de Goiânia, condição que poderá ser exigida documentalmente pela Contratante a qualquer tempo, durante o prazo de garantia, com vistas a assegurar atendimento tempestivo, redução de custos logísticos e continuidade das atividades institucionais.

5.8 - Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, em razão de se tratar de fornecimento pontual e direto de equipamentos de audiovisual, sem a prestação de serviços complexos associados, o que permite e recomenda execução integral pela própria Contratada, assegurando a centralização da responsabilidade pela entrega, pela garantia e pelo suporte dos bens, bem como a simplificação da gestão e da fiscalização contratual.

5.8.1 - A Contratada responderá direta e integralmente pela entrega dos equipamentos especificados neste Termo de Referência, vedada a transferência a terceiros da obrigação de fornecimento dos bens constantes dos **Grupos 1** (Sonorização) e **2** (Filmagem), sem prejuízo da possibilidade de utilização de terceiros apenas para a execução de atividades meramente acessórias, tais como transporte, seguro e logística, as quais não caracterizam subcontratação do objeto principal.

5.9 - Dos requisitos de sustentabilidade:

5.9.1 - A presente contratação envolve a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos de audiovisual (sistemas de sonorização, captação, gravação e transmissão de áudio e vídeo, bem como cabos, suportes e acessórios), os quais, ao longo de seu ciclo de vida, podem gerar impactos ambientais decorrentes, entre outros fatores:

- a) Do consumo de energia elétrica;
- b) Da utilização de materiais plásticos, metálicos e componentes eletrônicos; e
- c) Da geração de resíduos, sucata e embalagens no momento do descarte e substituição dos bens.

5.9.2 - Sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível, deverá ser adotada preferência por equipamentos com maior eficiência energética e maior vida útil, de forma a reduzir o consumo de energia, a necessidade de substituições frequentes, os custos de operação e manutenção e os impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos bens.

5.9.3 - Na especificação do objeto e na seleção da proposta mais vantajosa, poderá ser considerada, quando disponível no mercado, a oferta de produtos cujos fabricantes adotem práticas de produção ambientalmente responsáveis, passíveis de demonstração por meio de certificações, catálogos oficiais, laudos ou documentos técnicos que atestem a conformidade ambiental do processo de fabricação.

5.9.4 - Deverá ser observada, quando aplicável, a preferência por materiais recicláveis ou reciclados em partes não críticas dos produtos, acessórios e embalagens (tais como berços internos, proteções de transporte e caixas), desde que preservadas a segurança, a qualidade, a integridade e a durabilidade dos equipamentos.

5.9.5 - As embalagens deverão permitir destinação ambientalmente adequada, comprometendo-se a Contratante a promover o descarte seletivo das embalagens e resíduos gerados com o desembalamento, priorizando a reciclagem e, quando couber, a destinação correta por meio de cooperativas de reciclagem, sistemas de coleta seletiva ou programas equivalentes.

5.9.6 - A Contratada deverá, sempre que aplicável, comprovar participação em sistemas de logística reversa de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

equipamentos eletroeletrônicos ou apresentar orientações formais (manuais, termos, comunicados ou documentos equivalentes) sobre a destinação ambientalmente adequada dos bens e resíduos ao final de sua vida útil, em consonância com a legislação ambiental vigente.

5.9.7 - A Contratante, ao descartar equipamentos obsoletos ou inservíveis, inclusive aqueles substituídos em decorrência desta contratação, deverá observar as normas de gerenciamento de resíduos eletroeletrônicos, buscando sua destinação a empresas ou programas habilitados para reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente correto.

5.9.8 - A Contratada poderá fornecer manuais e demais informações técnicas em meio digital, quando compatível com a legislação aplicável e com as necessidades de acessibilidade, de forma a reduzir o consumo de papel, sem prejuízo de exemplares físicos quando exigidos ou solicitados pela Contratante.

5.9.9 - As exigências de eficiência energética, durabilidade, possibilidade de reciclagem, logística reversa e redução de resíduos descritas nesta cláusula contribuem diretamente para o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando que a modernização da infraestrutura tecnológica do Crea-GO ocorra com uso racional de recursos naturais, redução de resíduos e mitigação de impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - A entrega dos bens será integral em relação a cada grupo adjudicado, de acordo com a ordem de fornecimento, autorização de entrega ou outro documento de solicitação emitido pelo fiscal ou gestor do Contrato, no prazo máximo de **14 (quatorze) dias corridos**, contados do recebimento desse documento pela Contratada.

6.2 - Caso a Contratada identifique impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, deverá comunicar, por escrito, as razões impeditivas, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias corridos** em relação à data prevista, para análise de eventual prorrogação de prazo, a qual somente será admitida se formalmente autorizada pela Contratante, ressalvadas hipóteses de caso fortuito e força maior comprovadas.

6.3 - Os bens deverão ser entregues no endereço do Crea-GO: Rua 239, nº 561, Setor Leste Universitário, Goiânia/GO, CEP 74605-070, na **Área de Recursos Materiais e Patrimoniais**.

6.4 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo máximo de até **3 (três) dias úteis** contados da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de verificação inicial de quantidade, integridade aparente e conferência de documentos fiscais e de transporte, nos termos do art. 140, II, "a", da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, com a proposta apresentada ou com o Contrato, hipótese em que a Contratada deverá proceder à substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, a contar da notificação formal, às suas expensas, incluindo eventuais custos de retirada, transporte e nova entrega, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.6 - O recebimento definitivo dos bens ocorrerá no prazo máximo de até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade do material com as exigências contratuais, formalizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das especificações deste Termo de Referência, da proposta e do Contrato, nos termos do art. 140, II, "b", da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.7 - Na hipótese de a verificação mencionada no item anterior não ser realizada dentro do prazo ali fixado, sem justificativa formal da Contratante, o recebimento definitivo considerar-se-á tacitamente efetivado na data do esgotamento do prazo, sem prejuízo da responsabilização da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, nos prazos de garantia legal e contratual.

6.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, adequado funcionamento e conformidade dos bens fornecidos, nem afastará a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos em lei e nas demais cláusulas deste instrumento, em consonância com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9 - Quando necessários ensaios, testes ou provas para aferição da boa execução e correto funcionamento dos bens, exigidos por normas técnicas oficiais ou por este Termo de Referência, estes correrão por conta da Contratada, salvo disposição em contrário, nos termos do § 4º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10 - Por ocasião do recebimento provisório e definitivo, serão realizados testes funcionais básicos e avaliação técnica dos equipamentos, mediante conferência física, verificação de funcionamento, análise de manuais, catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes, bem como, quando necessário, demonstração operacional dos recursos essenciais previstos nas especificações deste Termo de Referência.

6.10.1 - Para os itens de sonorização (caixas de som, amplificadores, mesas de som, equalizadores, microfones, fones e cabeamento), serão verificados a integridade física, o funcionamento básico dos canais, conexões, correta resposta de frequência, alimentação elétrica, ausência de ruídos e distorções relevantes, compatibilidade funcional com os sistemas de áudio existentes.

6.10.2 - Para os itens de filmagem (câmeras PTZ, câmeras *full-frame*, *mixers* de vídeo, extensores, cabos HDMI/rede, drone, estabilizadores, tripés e demais acessórios), serão verificados a integridade física, a qualidade de imagem e vídeo (resolução declarada, estabilidade, zoom óptico, movimentos pan/tilt, detecção de obstáculos quando aplicável), o funcionamento básico das interfaces de conexão (HDMI, SDI, USB, LAN, Wi-Fi, RTMP etc.), captação e transmissão de imagem, alimentação elétrica ou bateria, compatibilidade funcional com softwares e plataformas usuais de videoconferência e *streaming* e demais funcionalidades essenciais previstas nas especificações.

6.11 - Para a realização dos testes de que trata o item anterior, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, todos os cabos, fontes, acessórios, softwares, licenças e demais componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos ofertados, quando inerentes ao bem e previstos na proposta, bem como manuais em língua portuguesa, disponibilizados em meio físico, digital ou equivalente.

6.12 - Os procedimentos e resultados da avaliação técnica dos equipamentos deverão ser registrados em relatório próprio, elaborado pelo fiscal ou pela comissão designada, de modo a assegurar rastreabilidade, julgamento objetivo e transparência perante os órgãos de controle.

7 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sem prejuízo das sanções legais e contratuais cabíveis.

7.2 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscais de Contrato formalmente designados pela autoridade competente, na forma da legislação vigente e de normas internas do Crea-GO, podendo ser indicados substitutos para as hipóteses de afastamento ou impedimento.

7.2.1 - O fiscal do Contrato deverá anotar em registro próprio todas ocorrências relacionadas à execução, bem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

como determinar, dentro de sua competência, o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados, comunicando ao gestor do Contrato as medidas adotadas.

7.2.2 - O fiscal do Contrato informará a seus superiores e ao gestor do Contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, qualquer situação que demande decisão ou providência que extrapole sua competência, especialmente relacionadas à aplicação de sanções, alterações contratuais, rescisão ou reconhecimento de circunstâncias de caso fortuito e força maior.

7.3 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente e às suas expensas, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais e legais.

7.4 - A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, inclusive por ação ou omissão de seus prepostos, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, o acompanhamento ou a omissão da Contratante.

7.5 - Somente a Contratada será responsável por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos referidos não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato, facultando-se à Contratante a adoção das medidas previstas em lei e no Contrato, inclusive a retenção de valores e a rescisão, quando cabível.

7.6 - As comunicações entre o gestor ou os fiscais do Contrato e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por meio dos canais oficiais definidos pelo Crea-GO, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, em caráter complementar, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 - O gestor do Contrato poderá convocar, quando necessário, representante da Contratada para reunião presencial ou remota, visando à adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato ou à solução de pendências relacionadas à execução contratual, devendo lavrar registro sucinto das deliberações adotadas.

7.8 - Antes do pagamento da nota fiscal ou fatura, deverá ser consultada a situação da Contratada junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, ou sistema equivalente, para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

7.9 - Caso a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista não possa ser verificada diretamente no SICAF ou sistema equivalente, deverá a Contratada apresentar, quando solicitado, sem prejuízo de outras certidões que venham a ser exigidas pela legislação aplicável:

7.9.1 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.9.2 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e

7.9.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A emissão da nota fiscal ou fatura pela Contratada ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto, devendo o documento fiscal refletir exatamente os bens efetivamente aceitos pela Administração, e estar acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, quando exigida.

8.2 - Havendo glosa parcial do objeto, a Contratante comunicará formalmente a Contratada, a fim de que seja emitida nova nota fiscal ou fatura com valor ajustado ao quantitativo e condições efetivamente aceitos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.3 - O setor competente, antes de proceder à liquidação e pagamento, deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada contém, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

- 8.3.1** - Data de emissão;
- 8.3.2** - Identificação da Contratada (CNPJ, endereço e razão social);
- 8.3.3** - Indicação do número do Contrato e do órgão Contratante;
- 8.3.4** - Descrição dos bens, com referência ao grupo/item, quantidade e valores unitários e totais;
- 8.3.5** - Valor a pagar; e
- 8.3.6** - Destaque, se cabível, dos tributos incidentes e das retenções tributárias exigidas pela legislação.

8.4 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa (inclusive irregularidade cadastral ou fiscal), o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento passará a contar da data da regularização, não acarretando qualquer ônus financeiro para a Contratante.

8.5 - A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta a sistemas oficiais (como SICAF ou equivalente) ou apresentação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, quando exigida.

8.6 - Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, o Crea-GO deverá realizar consultas aos sistemas próprios e aos cadastros competentes, com vistas a:

- 8.6.1** - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- 8.6.2** - Identificar eventual razão que impeça a participação em licitação, proibição de contratar com o Poder Público ou outra ocorrência impeditiva registrada em cadastros oficiais.

8.7 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão os seguintes limites:

- 8.7.1** - Até **15 (quinze) dias úteis** para a liquidação da despesa, contados do recebimento da nota fiscal/fatura ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhado da documentação exigida; e
- 8.7.2** - Até **15 (quinze) dias úteis** para o pagamento, contados da data da liquidação da despesa.

8.8 - O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária indicada pela Contratada, mantida em instituição financeira oficial ou outra aceita pelo Crea-GO.

8.9 - Constatada irregularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista da Contratada, será providenciada sua notificação formal para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, promova a regularização ou apresente defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Contratante, com justificativa.

8.10 - Não havendo regularização tempestiva, ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e previdenciária a inadimplência da Contratada, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, a fim de que sejam adotados os meios pertinentes para a satisfação dos créditos tributários, quando couber.

8.11 - Persistindo a irregularidade, e observados o contraditório e a ampla defesa, a Contratante deverá avaliar a adoção das medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, e do instrumento contratual.

8.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária na fonte prevista na legislação aplicável, observada a natureza dos tributos incidentes. Independentemente dos percentuais de tributos considerados na formação da proposta, serão retidos, no ato do pagamento, os percentuais legalmente estabelecidos à época da execução contratual, conforme legislação tributária vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.13 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, na forma da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção na fonte dos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que comprove, por documento oficial hábil, fazer jus ao tratamento tributário favorecido, sob pena de aplicação das retenções cabíveis como se não fosse optante.

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta de recursos consignados no orçamento do Crea-GO para o exercício de **2026**, conta nº 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas, Equipamentos e Aparelhos conforme disponibilidade orçamentária acostada aos autos do Processo Administrativo.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pela **Coordenadoria de Cerimonial e Eventos**, por intermédio dos servidores Matheus de Moraes e Silva e Abadilene Marques de Oliveira, abaixo identificados, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração, e aprovado pela autoridade competente, o Presidente do Crea-GO, Engenheiro Lamartine Moreira Júnior.

Goiânia, 11 de junho de 2026.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			

DISCRIMINAÇÃO

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a aquisição de equipamentos de audiovisual destinados à modernização e ao aparelhamento da infraestrutura tecnológica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, compreendendo sistemas de sonorização, captação, gravação, transmissão de áudio e vídeo e respectivos acessórios, conforme as especificações do Anexo I – Termo de Referência, integrante deste Edital.

A presente proposta abrange a totalidade dos itens que compõem o(s) grupo(s) para o(s) qual(is) apresentamos oferta, observadas as condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

GRUPO 1 – SONORIZAÇÃO					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor proposto (R\$)	
				Unitário	Total
1	<p>Caixa de Som Amplificada Ativa Bluetooth Bivolt Seleccionável.</p> <p>Potência de Saída (RMS) mínima: 500 W, Potência de Pico mínimo: 1000 W, Ativa, 2 vias (bi-amplificada), Driver de Graves (Woofers): 1 x 10" (250 mm), Driver de Agudos (Tweeter): 1 x 1" (25 mm) com waveguide de imagem estéreo, Resposta de Frequência: 44 Hz – 20kHz (-10dB) Tipo de Amplificador: Classe D (alta eficiência)</p> <p>Conectividade e Controles:</p> <p>Canal 1: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Canal 2: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Entrada Auxiliar: Entrada estéreo RCA (desbalanceada) Saída: Saída XLR balanceada de mixagem (permite conectar a outra caixa ou ao sistema de som principal) Conexão Sem Fio: Bluetooth®</p> <p>Controles no Pannel Traseiro: Botão de Ligar/Desligar (Power), Controles de ganho de volume independentes para o Canal 1 e Canal 2, Controle de volume para a entrada Auxiliar/RCA, Equalizador de 3 bandas (Bass, Mid, Treble) para o Canal 1, Chave seletora para função "Monitor", Conector para entrada de energia</p> <p>Material do Gabinete: Policarbonato injetado de alta resistência,</p>	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	<p>Grade de Proteção: De aço, pintada com tinta epóxi de alta durabilidade;</p> <p>Acessórios de Montagem: Soquete padrão para tripé de 35 mm (1-3/8"); Alimentação Elétrica: Voltagem: Bivolt (Selecionável: 100V-120V / 220V-240V);</p> <p>Garantia contratual mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de referências: Caixa Acústica Behringer B 112 MP3, JBL EON715 ou superior</p>				
2	<p>Par de Caixa Acústica Ambiente</p> <p>Acabamento: injetada em plástico e tela frontal em alumínio, com alto-falantes: 6" WO cone PP + 1" TW dorno PEI; Potência: 50 W RMS (cada), Potência de Pico: 100 W, Resposta de frequência: 85 Hz a 20 kHz, Dimensões: Altura: 28,5 cm, Largura: 21,5 cm, Profundidade: 17,7 cm</p> <p>Modelo de referência: JBL C621b 100 W o par</p>	un.	7		
3	<p>Kit de microfones sem fio duplo profissional</p> <p>Microfones incluídos: 2x transmissores de mão com cápsulas dinâmicas Alcance mínimo de 100 m Alimentação com par de pilhas AA Padrão de captação: cardioide Receptor: Rack-mountable (1 U), com tela LCD, saídas XLR e TRS Recursos adicionais: Auto-scan de frequência, sincronia IR, compatível com controle remoto e gerenciamento de canais</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de referências: Sistema de Microfone Sem Fio de Mão Dual XSW1-835-DU Sennheiser ou Microfone Sem Fio Duplo Shure SLXD24D/SM58</p>	un.	5		
4	<p>Amplificador de potência digital de 3000 W</p> <p>Amplificador Classe D; Entrega 2 x 1500 Watts em 2 Ohms; 2 x 900 Watts em 4 Ohms; 3000 Watts em 4 Ohms (modo bridge); Fonte de alimentação de modo de comutação ultraeficiente para áudio sem ruído; Crossover estéreo integrado com modo de corte baixo, corte alto e alcance total, compensação de impedância; Controles de ganho graduados e iluminados para ajuste preciso de nível; Conectores de entrada combinados XLR e 1/4 " TRS para compatibilidade com qualquer fonte; Conectores de alto-falante com trava de torção profissional</p> <p>Modelo de referência: Behringer NX3000</p>	un.	4		
5	<p>Cabo PP de 2x1,00mm²</p> <p>Fabricação em 100% cobre eletrolítico; 2 vias</p>	Bobina de 100 m	6		
6	<p>Mesa de som de 12 canais</p> <p>Mixer USB de 12 canais com compressão de um botão, 2 envios auxiliares, 2 barramentos e EQ de 3 bandas por canal, Mono/Estéreo: 6/2; Buses Mix: 1/2; 6 Pré-Amplificadores XENYX para Microfones; EQs 3-bandas nos canais MONO; Canal de Envio de efeito MON/FX: 1/1;- Retornos de Efeitos: 2 estéreo; Interface/Saída USB: 2-entradas/2-saídas</p>	un.	3		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	<p>- Presets do Processador FX: LED Phantom Power +48;</p> <p>Modelo de referência: Behringer XENYX QX1222USB</p>				
7	<p>Mesa de som de 8 canais</p> <p>4 Canais XLR/P10(MONO) e 4 canais estéreo 1 canal mono, Equalizador de 3 bandas ou Superior Phantom Power Interface USB/áudio integrada bidirecional Pré-amplificadores de microfone Filtro Low Cut nos canais mono Compressores One-knob nos canais mono Alimentação: Bivolt (100-240 V)</p> <p>Modelo de referência: Behringer Xenyx Q1204 USB</p>	un.	1		
8	<p>Case rack 12u + 2 gavetas com tampa para monitor</p> <p>Com tampa para monitor e tampas que viram bancadas laterais. Dimensões externas 52 x 65 x 100 cm altura.</p>	un.	2		
9	<p>Equalizador gráfico estéreo profissional de 2 canais e 31 bandas de equalização</p> <p>Entradas e saídas slaves balanceadas 1/4" TRS e conectores XLR banhados a ouro, Ultra-baixo ruído; Saída de subwoofer mono dedicada com frequência de crossover ajustável; Filtros adicionais de corte de graves e agudos ajustáveis para cada canal removem frequências indesejadas, como ruídos do chão, chiados, etc.</p> <p>Analizador de áudio Indicadores LED níveis de entrada / saída; Largura de banda de 1/3 de oitava; Range (subida / descida) +/- 6 dB ou +/- 12 dB, comutável; Resposta de frequência: 10 Hz a 30 kHz, Faixa de frequência: 20 Hz a 20 kHz por 1/3 de oitava; Tensão bivolt 100 a 240 VAC, 50/60 Hz;</p> <p>Modelo de referência: Behringer ULTRAGRAPH PRO FBQ6200HD</p>	un.	3		
10	<p>Fone de ouvido profissional</p> <p>Tamanho do driver 40 mm; Resposta de frequência 10 a 22.000 Hz; Cabo 3m; Com plugue de 6,3 mm e 3,5 mm; Conectores banhados a ouro.</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelo de referência: Sennheiser HD 560S ou Shure SRH440A</p>	un.	4		
11	<p>Cabo de áudio P10 estéreo para XLR fêmea</p> <p>Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros</p>	un.	4		
12	<p>Cabo de áudio P10 estéreo para P10 estéreo</p> <p>Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros</p>	un.	4		
13	<p>Cabo de áudio P10 estéreo para XLR macho</p> <p>Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros</p>	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 5 metros	un.	4		
15	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 1,5 metro	un.	20		
16	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 20 metros	un.	4		
17	Monitor de áudio profissional Potência de Saída(RMS): 56; Pico máximo de SPL 112dB; Tamanho do driver de baixa frequência: 203 mm (8"); Tamanho do driver de alta frequência: 25 mm (1"); Configuração de potência: bi-amplificada; Tensão de entrada AC: 100 – 240 VCA (±10%), 50 / 60 Hz; Tipos de entrada analógica: 1 fêmea XLR, 1 fêmea TRS, balanceada; Sensibilidade da entrada: 92 dB / 1 m (entrada de -10 dBV) Modelo de referência: JBL 308P MkII	un.	4		
Valor total proposto para o Grupo 1 (R\$):					

GRUPO 2 – FILMAGEM					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor proposto (R\$)	
				Unitário	Total
18	Mixer de vídeo com 4 entradas HDMI Modo de reunião personalizado, exibe 4 janelas simultaneamente, com 4 entradas HDMI e 4 entradas SDI com suporte a 4K, 1 saída PGM, 1 saída PVW (AUX), 1 AUX, 1 para gravação em segundo plano, cartão SD e downstream. Controle PTZ: Controla até 4 câmeras PTZ via VISCA, Controle IP sem fio: para controlar o mixer de vídeo a partir de PC, celular ou iPad. Gravação e reprodução e <i>streaming</i> RTMP duplo: Transmitir para 2 destinos RTMP. Modo paisagem e retrato: PIP/POP: Personalizar 2 fluxos de imagem sobre imagem. Tela mínima de 10 polegadas de alta precisão. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Modelos de referências: FEELWORLD L4 Multi-câmera Vídeo Mixer Switcher 10.1" Touch Screen USB3.0 Fast <i>streaming</i> ou CineTreak Stream Master SDI	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

19	<p>Câmera PTZ 4K HDMI/SDI com AI Tracking</p> <p>Com zoom óptico mínimo de 15x e múltiplas interfaces de saída de vídeo, transmite até 4 saídas de vídeo simultâneas, incluindo HDMI, LAN, 3G-SDI e USB 3.0 ou superior, com suporte a PoE. Com suporte à codificação H.264/H.265 e CMOS de alta SNR. Compatível com vMix, OBS, Zoom, Skype e outros softwares de videoconferência. Com movimento silencioso de panorâmica/inclinação, rotação horizontal: -170°~ +170°, rotação de inclinação: -30°~ +90°.</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Rastreamento por IA (AI Tracking)</p> <p>Modelos de referência: Câmera NDI PTZ UHD HDMI/SDI 4K ou OBSBOT Tail 2 AI</p>	un.	12		
20	<p>Extensor de Sinal HDMI Estender TX/RX para 120 metros.</p> <p>Suporta resoluções 1080, Full HD, suporta largura de banda Ethernet 100 m, compatível com HDCP; Com fonte de alimentação elétrica de 220 V para 5 Vdc.</p> <p>Modelo de referência: Extensor HDMI 120 Metros Intelbras VEX 3120</p>	un.	10		
21	Cabo HDMI 2.1 de 20 metros	un.	8		
22	Cabo HDMI 2.1 de 15 metros	un.	8		
23	Cabo HDMI 2.1 de 5 metros	un.	2		
24	Cabo HDMI 2.1 de 1 metro	un.	12		
25	<p>Cabo de rede cat6 - 305 metros</p> <p>Fabricação em 100% cobre</p>	un.	2		
26	Suporte universal de teto/parede para projetor.	un.	8		
27	<p>Suporte/tripé para projetor/notebook dobrável</p> <p>Ajuste de altura de 0,57 m a 1,6 m. Grau de inclinação de 180° Estrutura de metal e ABS</p>	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

28	<p>Apresentador/Passador de Slides</p> <p>Range/alcance mínimo 20 m; Pointer/Apontador laser e Compatível com TVs e telas LCD Conexão USB e Bluetooth Plug & Play Compatibilidade com Windows e MacOS Alimentação com duas pilhas ou bateria recarregável</p> <p>Modelo de referência: Logitech Spotlight</p>	un.	8		
29	<p>Câmera full-frame</p> <p>Capacidade de gravação de filmes ininterrupta até 4K a 60p; Capacidade de transmissão ao vivo 4k (3840x2160) para um computador por USB (UVC/UAC) ou uma rede LAN com ou sem fios; Compatível com cartões de memória SDXC/SDHC UHS-II/UHS-I; Conectividades: porta HDMI tipo A, USB tipo C para alimentação e comunicação, Micro USB, entrada de microfone; Sensibilidade ISO: 100-51200; Tela TFT de mínimo 3 polegadas.</p> <p>Modelo de referência: Sony fx2</p>	Un.	2		
30	<p>Lente de câmera full frame/APS-C 24-70mm</p> <p>Faixa de Foco: 24-70mm (36-105mm em APS-C) Abertura: Constante f/2.8 até f/22 Distância mínima do foco: 21 cm Tipo de foco: autofocus Cobertura do Formato da Lente: full-frame</p> <p>Modelo de referência: Lente Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II</p>	Un.	2		
31	<p>Tripé profissional hidráulico para câmera</p> <p>Compatível com câmeras DSLRs e mirrorless; Nível de bolha Tipo de rosca: 1/4"; Altura máxima: aproximadamente 165 cm; Altura mínima: aproximadamente 40 cm; Cabeça hidráulica nos movimentos pan 360° e tilt 90° com travas independentes; Placa de liberação rápida deslizante para fixação da câmera com parafuso tamanho 1/4 (universal); Suporta cargas até 6,8 kg; Bolsa para transporte;</p> <p>Garantia contratual mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de referência: Tripé Benro KH-26PC e Plate QR11 deslizante para encaixe de câmera</p>	Un.	2		
32	<p>Estabilizador Gimbal de no mínimo três eixos compatível com a câmera do item 29</p> <p>Modelo de referência: Estabilizador Dji Rs 5 Combo Br</p>	Un.	2		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

33	Cartão de Memória UHS-II V90 256 GB Capacidade do cartão: 256 GB; UHS-II V90; Grava Vídeos 4K e Full HD; Velocidade mínima de leitura: 300 MB/s; Velocidade mínima de gravação: 260 MB/s; À prova de água, choque, vibração e raios-X.	Un.	4		
34	Drone Quantidade de baterias incluídas: 3; GPS incluído; Com conexão Wi-Fi; Resolução máxima da câmera 4K; Função de retorno automático Inclui controle remoto com tela; Gravação de vídeo HDR em 4K/60fps; Vídeo em câmera lenta em 4K/120 fps; Detecção de obstáculos omnidirecional noturna com LiDAR frontal; Tempo máximo de voo: acima de 34 min; Autonomia e alcance: acima de 10 km até 20 km; Hélices reserva; Bolsa de transporte. Modelo de referência: DJI Mini 5 Pro	Un.	1		
Valor total proposto para o Grupo 2 (R\$):					
Valor total proposto para a contratação (R\$):					

Declaramos que os valores ofertados nesta proposta abrangem, de forma integral, definitiva e irretratável, todos os custos, encargos, tributos, despesas administrativas e operacionais, lucro, frete, seguro, embalagem, carga, descarga, transporte, garantia, assistência técnica, substituição de bens defeituosos, reposição de peças, manuais, acessórios, componentes e quaisquer outros insumos necessários à fiel execução do objeto contratado, conforme detalhado nos documentos que compõem o processo licitatório. Diante disso, assumimos o compromisso de não pleitear, em nenhuma hipótese, reequilíbrio de preços com base em omissões, erros de cálculo ou estimativas inadequadas constantes da presente proposta.

Declaramos, sob as penas da lei, que inexistem fatos supervenientes que possam nos tornar inabilitados para participar do certame, comprometendo-nos a comunicar prontamente à Administração qualquer alteração superveniente que comprometa as condições ora declaradas.

Reconhecemos e declaramos, por fim, que temos pleno conhecimento de todas as condições, exigências e cláusulas constantes do Edital e de seus Anexos, bem como da legislação aplicável à matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, e que os aceitamos de forma integral, irretratável e sem quaisquer ressalvas.

**A proposta deve abranger a totalidade dos itens que compõem o grupo cotado, conforme o Edital.*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____ N.º da agência: _____

Conta-Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (observar o prazo mínimo previsto no Edital)

<Cidade>, _____ de _____ de 2026.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo CNPJ:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DE GOIÁS - CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX - SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: _____

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente Contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 90009/2026, realizado em 15 de julho de 2026, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 41768/2026, parte integrante do presente Contrato, regendo-o, no que for omissivo.

3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente Contrato é a aquisição de equipamentos de audiovisual destinados à modernização e ao aparelhamento da infraestrutura tecnológica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, compreendendo sistemas de sonorização, captação, gravação, transmissão de áudio e vídeo e respectivos acessórios, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada e nos demais documentos que compõem o processo licitatório.

GRUPO 1 - SONORIZAÇÃO					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Caixa de Som Amplificada Ativa Bluetooth Bivolt Seleccionável. Potência de Saída (RMS) mínima: 500 W, Potência de Pico mínimo: 1000 W, Ativa, 2 vias (bi-amplificada), Driver de Graves	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	<p>(Woofers): 1 x 10" (250 mm), Driver de Agudos (Tweeter): 1 x 1" (25 mm) com waveguide de imagem estéreo, Resposta de Frequência: 44 Hz – 20kHz (-10dB) Tipo de Amplificador: Classe D (alta eficiência)</p> <p>Conectividade e Controles:</p> <p>Canal 1: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Canal 2: Entrada combinada XLR / Jack 6.3mm (1/4") (balanceada) Entrada Auxiliar: Entrada estéreo RCA (desbalanceada) Saída: Saída XLR balanceada de mixagem (permite conectar a outra caixa ou ao sistema de som principal) Conexão Sem Fio: Bluetooth®</p> <p>Controles no Pannel Traseiro: Botão de Ligar/Desligar (Power), Controles de ganho de volume independentes para o Canal 1 e Canal 2, Controle de volume para a entrada Auxiliar/RCA, Equalizador de 3 bandas (Bass, Mid, Treble) para o Canal 1, Chave seletora para função "Monitor", Conector para entrada de energia</p> <p>Material do Gabinete: Policarbonato injetado de alta resistência, Grade de Proteção: De aço, pintada com tinta epóxi de alta durabilidade;</p> <p>Acessórios de Montagem: Soquete padrão para tripé de 35 mm (1-3/8"); Alimentação Elétrica: Voltagem: Bivolt (Selecionável: 100V-120V / 220V-240V);</p> <p>Garantia contratual mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de referências: Caixa Acústica Behringer B 112 MP3, JBL EON715 ou superior</p>				
2	<p>Par de Caixa Acústica Ambiente</p> <p>Acabamento: injetada em plástico e tela frontal em alumínio, com alto-falantes: 6" WO cone PP + 1" TW dorno PEI; Potência: 50 W RMS (cada), Potência de Pico: 100 W, Resposta de frequência: 85 Hz a 20 kHz, Dimensões: Altura: 28,5 cm, Largura: 21,5 cm, Profundidade: 17,7 cm</p> <p>Modelo de referência: JBL C621b 100 W o par</p>	un.	7		
3	<p>Kit de microfones sem fio duplo profissional</p> <p>Microfones incluídos: 2x transmissores de mão com cápsulas dinâmicas Alcance mínimo de 100 m Alimentação com par de pilhas AA Padrão de captação: cardioide</p> <p>Receptor: Rack-mountable (1 U), com tela LCD, saídas XLR e TRS</p> <p>Recursos adicionais: Auto-scan de frequência, sincronia IR, compatível com controle remoto e gerenciamento de canais</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de referências: Sistema de Microfone Sem Fio de Mão Dual XSW1-835-DU Sennheiser ou Microfone Sem Fio Duplo Shure SLXD24D/SM58</p>	un.	5		
4	<p>Amplificador de potência digital de 3000 W</p> <p>Amplificador Classe D; Entrega 2 x 1500 Watts em 2 Ohms; 2 x 900 Watts em 4 Ohms; 3000 Watts em 4 Ohms (modo bridge); Fonte de alimentação de modo de comutação ultraeficiente para áudio sem ruído; Crossover estéreo integrado com modo de corte baixo, corte alto e alcance total, compensação de impedância;</p>	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	Controles de ganho graduados e iluminados para ajuste preciso de nível; Conectores de entrada combinados XLR e 1/4 " TRS para compatibilidade com qualquer fonte; Conectores de alto-falante com trava de torção profissional Modelo de referência: Behringer NX3000				
5	Cabo PP de 2x1,00mm² Fabricação em 100% cobre eletrolítico; 2 vias	Bobina de 100 m	6		
6	Mesa de som de 12 canais Mixer USB de 12 canais com compressão de um botão, 2 envios auxiliares, 2 barramentos e EQ de 3 bandas por canal, Mono/Estéreo: 6/2; Buses Mix: 1/2; 6 Pré-Amplificadores XENYX para Microfones; EQs 3-bandas nos canais MONO; Canal de Envio de efeito MON/FX: 1/1;- Retornos de Efeitos: 2 estéreo; Interface/Saída USB: 2-entradas/2-saídas - Presets do Processador FX: LED Phantom Power +48; Modelo de referência: Behringer XENYX QX1222USB	un.	3		
7	Mesa de som de 8 canais 4 Canais XLR/P10(MONO) e 4 canais estéreo 1 canal mono, Equalizador de 3 bandas ou Superior Phantom Power Interface USB/áudio integrada bidirecional Pré-amplificadores de microfone Filtro Low Cut nos canais mono Compressores One-knob nos canais mono Alimentação: Bivolt (100-240 V) Modelo de referência: Behringer Xenyx Q1204 USB	un.	1		
8	Case rack 12u + 2 gavetas com tampa para monitor Com tampa para monitor e tampas que viram bancadas laterais. Dimensões externas 52 x 65 x 100 cm altura.	un.	2		
9	Equalizador gráfico estéreo profissional de 2 canais e 31 bandas de equalização Entradas e saídas slaves balanceadas 1/4" TRS e conectores XLR banhados a ouro, Ultra-baixo ruído; Saída de subwoofer mono dedicada com frequência de crossover ajustável; Filtros adicionais de corte de graves e agudos ajustáveis para cada canal removem frequências indesejadas, como ruídos do chão, chiados, etc. Analisador de áudio Indicadores LED níveis de entrada / saída; Largura de banda de 1/3 de oitava; Range (subida / descida) +/- 6 dB ou +/- 12 dB, comutável; Resposta de frequência: 10 Hz a 30 kHz; Faixa de frequência: 20 Hz a 20 kHz por 1/3 de oitava; Tensão bivolt 100 a 240 VAC, 50/60 Hz; Modelo de referência: Behringer ULTRAGRAPH PRO FBQ6200HD	un.	3		
10	Fone de ouvido profissional Tamanho do driver 40 mm; Resposta de frequência 10 a 22.000 Hz; Cabo 3m; Com plugue de 6,3 mm e 3,5 mm;	un.	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	Conectores banhados a ouro. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Modelo de referência: Sennheiser HD 560S ou Shure SRH440A				
11	Cabo de áudio P10 estéreo para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4		
12	Cabo de áudio P10 estéreo para P10 estéreo Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4		
13	Cabo de áudio P10 estéreo para XLR macho Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 3 metros	un.	4		
14	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 5 metros	un.	4		
15	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 1,5 metro	un.	20		
16	Cabo de áudio XLR macho para XLR fêmea Conectores de metal e cabo emborrachado Tamanho de 20 metros	un.	4		
17	Monitor de áudio profissional Potência de Saída(RMS): 56; Pico máximo de SPL 112dB; Tamanho do driver de baixa frequência: 203 mm (8"); Tamanho do driver de alta frequência: 25 mm (1"); Configuração de potência: bi-amplificada; Tensão de entrada AC: 100 – 240 VCA (±10%), 50 / 60 Hz; Tipos de entrada analógica: 1 fêmea XLR, 1 fêmea TRS, balanceada; Sensibilidade da entrada: 92 dB / 1 m (entrada de -10 dBV) Modelo de referência: JBL 308P MkII	un.	4		
Valor total do Grupo 1 (R\$):					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

GRUPO 2 – FILMAGEM					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
18	<p>Mixer de vídeo com 4 entradas HDMI</p> <p>Modo de reunião personalizado, exibe 4 janelas simultaneamente, com 4 entradas HDMI e 4 entradas SDI com suporte a 4K, 1 saída PGM, 1 saída PVW (AUX), 1 AUX, 1 para gravação em segundo plano, cartão SD e downstream.</p> <p>Controle PTZ: Controla até 4 câmeras PTZ via VISCA,</p> <p>Controle IP sem fio: para controlar o mixer de vídeo a partir de PC, celular ou iPad.</p> <p>Gravação e reprodução e <i>streaming</i> RTMP duplo:</p> <p>Transmitir para 2 destinos RTMP.</p> <p>Modo paisagem e retrato:</p> <p>PIP/POP: Personalizar 2 fluxos de imagem sobre imagem.</p> <p>Tela mínima de 10 polegadas de alta precisão.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Modelos de referências:</p> <p>FEELWORLD L4 Multi-câmera Vídeo Mixer Switcher 10.1" Touch Screen USB3.0 Fast <i>streaming</i> ou CineTreak Stream Master SDI</p>	un.	4		
19	<p>Câmera PTZ 4K HDMI/SDI com AI Tracking</p> <p>Com zoom óptico mínimo de 15x e múltiplas interfaces de saída de vídeo, transmite até 4 saídas de vídeo simultâneas, incluindo HDMI, LAN, 3G-SDI e USB 3.0 ou superior, com suporte a PoE.</p> <p>Com suporte à codificação H.264/H.265 e CMOS de alta SNR.</p> <p>Compatível com vMix, OBS, Zoom, Skype e outros softwares de videoconferência. Com movimento silencioso de panorâmica/inclinação, rotação horizontal: -170°~ +170°, rotação de inclinação: -30°~ +90°.</p> <p>Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Rastreamento por IA (AI Tracking)</p> <p>Modelos de referência:</p> <p>Câmera NDI PTZ UHD HDMI/SDI 4K ou OBSBOT Tail 2 AI</p>	un.	12		
20	<p>Extensor de Sinal HDMI Estender TX/RX para 120 metros.</p> <p>Suporta resoluções 1080, Full HD, suporta largura de banda Ethernet 100 m, compatível com HDCP;</p> <p>Com fonte de alimentação elétrica de 220 V para 5 Vdc.</p> <p>Modelo de referência:</p> <p>Extensor HDMI 120 Metros Intelbras VEX 3120</p>	un.	10		
21	<p>Cabo HDMI 2.1 de 20 metros</p>	un.	8		
22	<p>Cabo HDMI 2.1 de 15 metros</p>	un.	8		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

23	Cabo HDMI 2.1 de 5 metros	un.	2		
24	Cabo HDMI 2.1 de 1 metro	un.	12		
25	Cabo de rede cat6 – 305 metros Fabricação em 100% cobre	un.	2		
26	Suporte universal de teto/parede para projetor.	un.	8		
27	Suporte/tripé para projetor/notebook dobrável Ajuste de altura de 0,57 m a 1,6 m. Grau de inclinação de 180° Estrutura de metal e ABS	un.	4		
28	Apresentador/Passador de Slides Range/alcance mínimo 20 m; Pointer/Apontador laser e Compatível com TVs e telas LCD Conexão USB e Bluetooth Plug & Play Compatibilidade com Windows e MacOS Alimentação com duas pilhas ou bateria recarregável Modelo de referência: Logitech Spotlight	un.	8		
29	Câmera full-frame Capacidade de gravação de filmes ininterrupta até 4K a 60p; Capacidade de transmissão ao vivo 4k (3840x2160) para um computador por USB (UVC/UAC) ou uma rede LAN com ou sem fios; Compatível com cartões de memória SDXC/SDHC UHS-II/UHS-I; Conectividades: porta HDMI tipo A, USB tipo C para alimentação e comunicação, Micro USB, entrada de microfone; Sensibilidade ISO: 100-51200; Tela TFT de mínimo 3 polegadas. Modelo de referência: Sony fx2	Un.	2		
30	Lente de câmera full frame/APS-C 24-70mm Faixa de Foco: 24-70mm (36-105mm em APS-C) Abertura: Constante f/2.8 até f/22 Distância mínima do foco: 21 cm Tipo de foco: autofocus Cobertura do Formato da Lente: full-frame Modelo de referência: Lente Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II	Un.	2		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

31	<p>Tripé profissional hidráulico para câmera</p> <p>Compatível com câmeras DSLRs e mirrorless; Nível de bolha Tipo de rosca: 1/4"; Altura máxima: aproximadamente 165 cm; Altura mínima: aproximadamente 40 cm; Cabeça hidráulica nos movimentos pan 360° e tilt 90° com travas independentes; Placa de liberação rápida deslizante para fixação da câmera com parafuso tamanho 1/4 (universal); Suporta cargas até 6,8 kg; Bolsa para transporte;</p> <p>Garantia contratual mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Modelo de referência: Tripé Benro KH-26PC e Plate QR11 deslizante para encaixe de câmera</p>	Un.	2		
32	<p>Estabilizador Gimbal de no mínimo três eixos compatível com a câmera do item 29</p> <p>Modelo de referência: Estabilizador Dji Rs 5 Combo Br</p>	Un.	2		
33	<p>Cartão de Memória UHS-II V90 256 GB</p> <p>Capacidade do cartão: 256 GB; UHS-II V90; Grava Vídeos 4K e Full HD; Velocidade mínima de leitura: 300 MB/s; Velocidade mínima de gravação: 260 MB/s; À prova de água, choque, vibração e raios-X.</p>	Un.	4		
34	<p>Drone</p> <p>Quantidade de baterias incluídas: 3; GPS incluído; Com conexão Wi-Fi; Resolução máxima da câmera 4K; Função de retorno automático Inclui controle remoto com tela; Gravação de vídeo HDR em 4K/60fps; Vídeo em câmera lenta em 4K/120 fps;</p> <p>Deteção de obstáculos omnidirecional noturna com LiDAR frontal; Tempo máximo de voo: acima de 34 min; Autonomia e alcance: acima de 10 km até 20 km; Hélices reserva; Bolsa de transporte.</p> <p>Modelo de referência: DJI Mini 5 Pro</p>	Un.	1		
			Valor total do Grupo 2 (R\$):		
			Valor total da contratação (R\$):		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3.2 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta comercial vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90009/2026, correspondente ao valor global do(s) grupo(s) adjudicado(s), observado o detalhamento constante do Termo de Referência e da Proposta da Contratada.

3.2.1 - Caso a Contratada seja vencedora de apenas 1 (um) grupo, o valor contratual corresponderá ao valor global do respectivo grupo adjudicado.

3.2.2 - Caso a Contratada seja vencedora dos 2 (dois) grupos, o valor contratual corresponderá à soma dos valores globais dos grupos adjudicados.

3.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.3.1 - O Termo de Referência;

3.3.2 - Todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º 41768/2026;

3.3.3 - O Edital da Licitação;

3.3.4 - A Proposta da Contratada;

3.3.5 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo de vigência da contratação será de **6 (seis) meses**, contados da data de assinatura do Contrato, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2 - A vigência contratual não se confunde com os prazos de entrega dos bens e de garantia estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato, que permanecerão válidos mesmo após o término da vigência, quando assim previsto nas respectivas cláusulas.

5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento integral dos bens relativos ao(s) grupo(s) adjudicado(s), em estrita conformidade com este Contrato, com o Termo de Referência e com a proposta da Contratada, observadas as condições, especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais exigências estabelecidas na contratação.

5.2 - A entrega dos bens será integral em relação a cada grupo adjudicado, de acordo com a ordem de fornecimento, autorização de entrega ou outro documento equivalente emitido pelo fiscal ou gestor do Contrato, no prazo máximo de **14 (quatorze) dias corridos**, contados do recebimento desse documento pela Contratada.

5.2.1 - Caso a Contratada identifique impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, deverá comunicar, por escrito, as razões impeditivas, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias corridos** em relação à data prevista, para análise de eventual prorrogação, a qual somente será admitida se formalmente autorizada pela Contratante, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

5.3 - Os bens deverão ser entregues no endereço do Crea-GO, situado na Rua 239, nº 561, Setor Leste Universitário, Goiânia/GO, CEP 74605-070, na Área de Recursos Materiais e Patrimoniais, ou em outro local formalmente indicado pela Contratante no documento de solicitação.

5.4 - A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais, devidamente lacradas, acompanhados de todos os cabos, conectores, fontes de alimentação, manuais, acessórios, componentes e demais itens indispensáveis ao seu pleno funcionamento, conforme as especificações deste Contrato, do Termo de Referência e da proposta apresentada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.5 - Os equipamentos deverão ser compatíveis com a rede elétrica local, observadas as especificações de tensão previstas para cada item, e deverão ser entregues com manuais em língua portuguesa, disponibilizados em meio físico, digital ou equivalente, quando cabível.

5.6 - Quanto aos equipamentos permanentes e de instalação ou utilização continuada na infraestrutura do Crea-GO, a Contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada na Região Metropolitana de Goiânia, nos termos previstos no Termo de Referência e neste Contrato, como condição necessária à efetividade da garantia e à continuidade operacional dos bens.

5.7 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo máximo de até **3 (três) dias úteis** contados da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de verificação inicial de quantidade, integridade aparente e conferência dos documentos fiscais e de transporte, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

5.8 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Contrato, do Termo de Referência, da proposta apresentada ou com as exigências legais e técnicas aplicáveis, hipótese em que a Contratada deverá proceder à substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, contado da notificação formal, às suas expensas, incluindo eventuais custos de retirada, transporte e nova entrega, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.9 - O recebimento definitivo dos bens ocorrerá no prazo máximo de até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, da quantidade e da conformidade do material com as exigências contratuais, mediante termo detalhado emitido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140, inciso II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

5.9.1 - Na hipótese de a verificação necessária ao recebimento definitivo não ser realizada no prazo fixado no subitem anterior, sem justificativa formal da Contratante, o recebimento definitivo considerar-se-á tacitamente efetivado na data do esgotamento do prazo, sem prejuízo da responsabilização da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, nos prazos de garantia legal e contratual.

5.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, adequado funcionamento e conformidade dos bens fornecidos, nem afastará sua responsabilidade civil e contratual pela perfeita execução do ajuste, na forma do § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.11 - Quando necessários ensaios, testes ou provas para aferição da boa execução e do correto funcionamento dos bens, exigidos por normas técnicas oficiais, pelo Termo de Referência ou por este Contrato, estes correrão por conta da Contratada, salvo disposição expressa em contrário, nos termos do § 4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.12 - Por ocasião do recebimento provisório e definitivo, serão realizados testes funcionais básicos e avaliação técnica dos equipamentos, mediante conferência física, verificação de funcionamento, análise de manuais, catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes e, quando necessário, demonstração operacional dos recursos essenciais previstos nas especificações contratuais.

5.12.1 - Para os itens de sonorização, poderão ser verificados, entre outros aspectos, a integridade física, o funcionamento básico dos canais, conexões, alimentação elétrica, ausência de ruídos ou distorções relevantes e compatibilidade funcional com os sistemas de áudio existentes.

5.12.2 - Para os itens de filmagem, poderão ser verificados, entre outros aspectos, a integridade física, a qualidade de imagem e vídeo, o funcionamento das interfaces de conexão, a captação e transmissão de imagem, a alimentação elétrica ou por bateria, a compatibilidade funcional com softwares e plataformas usuais de videoconferência e *streaming* e as demais funcionalidades essenciais previstas nas especificações técnicas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.13 - Para a realização dos testes e verificações previstos nesta cláusula, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a Contratante, todos os cabos, fontes, acessórios, softwares, licenças e demais componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos ofertados, quando inerentes ao bem e previstos na proposta.

5.14 - Os procedimentos e resultados da avaliação técnica dos equipamentos deverão ser registrados em relatório próprio, elaborado pelo fiscal do Contrato ou por comissão designada, de modo a assegurar rastreabilidade, julgamento objetivo e transparência perante os órgãos de controle.

5.15 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sem prejuízo das sanções legais e contratuais cabíveis.

5.16 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscais formalmente designados pela autoridade competente, na forma da legislação vigente e das normas internas do Crea-GO, podendo ser indicados substitutos para as hipóteses de afastamento ou impedimento.

5.16.1 - O fiscal do Contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, bem como determinar, dentro de sua competência, o que for necessário para a regularização de faltas, defeitos ou inconformidades observadas, comunicando ao gestor do Contrato as medidas adotadas.

5.16.2 - O fiscal do Contrato informará a seus superiores e ao gestor do Contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que extrapole sua competência, especialmente as relacionadas à aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção contratual ou reconhecimento de hipóteses de caso fortuito e força maior.

5.17 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente e às suas expensas, o objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais e legais.

5.18 - A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, inclusive por ação ou omissão de seus prepostos, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, o acompanhamento ou eventual omissão da Contratante.

5.19 - Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da Contratada quanto a tais encargos não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento e não poderá onerar o objeto contratual, facultando-se à Contratante a adoção das medidas previstas em lei e neste Contrato, inclusive retenção de valores e extinção contratual, quando cabível.

5.20 - As comunicações entre o gestor ou os fiscais do Contrato e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por meio dos canais oficiais definidos pelo Crea-GO, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, em caráter complementar, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.21 - O gestor do Contrato poderá convocar, quando necessário, representante da Contratada para reunião presencial ou remota, com a finalidade de viabilizar a adoção de providências imediatas ou a solução de pendências relacionadas à execução contratual, devendo ser lavrado registro sucinto das deliberações adotadas.

5.22 - A Contratada deverá manter representante apto a atender prontamente às solicitações da Contratante durante a execução contratual, inclusive para fins de comunicação operacional, saneamento de pendências, substituição de bens rejeitados, atendimento de garantia e demais providências relacionadas ao objeto contratado.

5.23 - Antes de cada pagamento, a Contratante deverá consultar a situação da Contratada junto ao SICAF, ou sistema equivalente, para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.23.1 - Caso a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista não possa ser verificada diretamente no SICAF ou sistema equivalente, a Contratada deverá apresentar, quando solicitado, a documentação comprobatória pertinente, sem prejuízo de outras certidões que venham a ser exigidas pela legislação aplicável.

5.24 - A solução contratada abrange exclusivamente o fornecimento dos bens descritos no objeto, não compreendendo serviços de instalação física, configuração de infraestrutura de rede, obras, adaptações prediais ou outros serviços de engenharia ou de tecnologia da informação não expressamente previstos na contratação.

5.25 - Sempre que o recebimento dos bens demandar demonstração operacional, testes de funcionamento ou disponibilização de recursos acessórios inerentes aos produtos ofertados, caberá à Contratada providenciá-los integralmente, sem custo adicional para a Administração.

5.26 - A inobservância dos prazos de entrega, substituição, reparo ou demais obrigações previstas nesta cláusula ensejará a aplicação das penalidades previstas na legislação, no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6 - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, em razão de se tratar de fornecimento pontual e direto de equipamentos de audiovisual, sem a prestação de serviços complexos associados, o que permite e recomenda execução integral pela própria Contratada, assegurando a centralização da responsabilidade pela entrega, pela garantia e pelo suporte dos bens, bem como a simplificação da gestão e da fiscalização contratual.

6.1.1 - A Contratada responderá direta e integralmente pela entrega dos equipamentos especificados neste Termo de Referência, vedada a transferência a terceiros da obrigação de fornecimento dos bens constantes dos Grupos 1 (Sonorização) e 2 (Filmagem), sem prejuízo da possibilidade de utilização de terceiros apenas para a execução de atividades meramente acessórias, tais como transporte, seguro e logística, as quais não caracterizam subcontratação do objeto principal.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação, na forma da proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90009/2026, é de R\$ _____ (_____), já incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguro, embalagem, carga, descarga, transporte, garantia, assistência técnica, substituição de bens defeituosos, reposição de peças, manuais, acessórios, componentes, testes, demonstrações operacionais quando exigidas no recebimento e quaisquer outros encargos incidentes, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto.

7.2 - A emissão da nota fiscal ou fatura pela Contratada ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto, devendo o documento fiscal refletir exatamente os bens efetivamente aceitos pela Administração, e estar acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, quando exigida.

7.3 - Havendo glosa parcial do objeto, a Contratante comunicará formalmente a Contratada, a fim de que seja emitida nova nota fiscal ou fatura com valor ajustado ao quantitativo e condições efetivamente aceitos.

7.4 - O setor competente, antes de proceder à liquidação e pagamento, deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada contém, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

7.4.1 - Data de emissão;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.4.2 - Identificação da Contratada (CNPJ, endereço e razão social);

7.4.3 - Indicação do número do Contrato e do órgão Contratante;

7.4.4 - Descrição dos bens, com referência ao grupo/item, quantidade e valores unitários e totais;

7.4.5 - Valor a pagar; e

7.4.6 - Destaque, se cabível, dos tributos incidentes e das retenções tributárias exigidas pela legislação.

7.5 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa (inclusive irregularidade cadastral ou fiscal), o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento passará a contar da data da regularização, não acarretando qualquer ônus financeiro para a Contratante.

7.6 - A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta a sistemas oficiais (como SICAF ou equivalente) ou apresentação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, quando exigida.

7.7 - Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, o Crea-GO deverá realizar consultas aos sistemas próprios e aos cadastros competentes, com vistas a:

7.7.1 - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e

7.7.2 - Identificar eventual razão que impeça a participação em licitação, proibição de contratar com o Poder Público ou outra ocorrência impeditiva registrada em cadastros oficiais.

7.8 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão os seguintes limites:

7.8.1 - Até **15 (quinze) dias úteis** para a liquidação da despesa, contados do recebimento da nota fiscal/fatura ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhado da documentação exigida; e

7.8.2 - Até **15 (quinze) dias úteis** para o pagamento, contados da data da liquidação da despesa.

7.9 - O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária indicada pela Contratada, mantida em instituição financeira oficial ou outra aceita pelo Crea-GO.

7.10 - Constatada irregularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista da Contratada, será providenciada sua notificação formal para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, promova a regularização ou apresente defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Contratante, com justificativa.

7.11 - Não havendo regularização tempestiva, ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e previdenciária a inadimplência da Contratada, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, a fim de que sejam adotados os meios pertinentes para a satisfação dos créditos tributários, quando couber.

7.12 - Persistindo a irregularidade, e observados o contraditório e a ampla defesa, a Contratante deverá avaliar a adoção das medidas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, e do instrumento contratual.

7.13 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária na fonte prevista na legislação aplicável, observada a natureza dos tributos incidentes. Independentemente dos percentuais de tributos considerados na formação da proposta, serão retidos, no ato do pagamento, os percentuais legalmente estabelecidos à época da execução contratual, conforme legislação tributária vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.14 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, na forma da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção na fonte dos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que comprove, por documento oficial hábil, fazer jus ao tratamento tributário favorecido, sob pena de aplicação das retenções cabíveis como se não fosse optante.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos, adotando as medidas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial.

8.2 - Receber o objeto nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e Contrato, observando os procedimentos de recebimento provisório e definitivo.

8.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos bens fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às expensas da Contratada, nos prazos e condições estabelecidos na cláusula de garantia.

8.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por intermédio dos gestores e fiscais designados, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

8.5 - Efetuar pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato, condicionado ao recebimento provisório e definitivo dos bens e à comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, quando exigida.

8.6 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no Contrato, quando configurado descumprimento de obrigações contratuais, assegurado contraditório e ampla defesa.

8.7 - Cientificar órgão de representação judicial competente do Crea-GO, para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada que demande atuação judicial, cobrança de créditos ou outras providências dessa natureza.

8.8 - Proferir decisão expressa sobre todas as solicitações, requerimentos e reclamações relacionados à execução do Contrato apresentados pela Contratada, ressalvados pedidos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 - Decidir os requerimentos apresentados pela Contratada no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de seu protocolo, admitida a prorrogação, por igual período, mediante justificativa expressa.

8.10 - Analisar e decidir, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contado do protocolo, eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela Contratada, à luz das hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, de forma motivada.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2 - Entregar o objeto acompanhado de manual do usuário em língua portuguesa e, quanto aos equipamentos permanentes e de instalação ou utilização continuada na infraestrutura do Crea-GO, da relação da assistência técnica autorizada na Região Metropolitana de Goiânia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e da legislação aplicável.

9.4 - Comunicar à Contratante, por escrito, motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega:

9.4.1 - Preferencialmente, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias corridos** em relação à data prevista;

9.4.2 - Na hipótese de fato superveniente de ocorrência próxima à data prevista, em até **24 (vinte e quatro) horas** contadas da ciência do evento, apresentando, em qualquer caso, a devida comprovação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de mora injustificada.

9.5 - Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo gestor e pelos fiscais do Contrato ou pela autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021, prestando todos os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados.

9.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte e dentro do prazo fixado pela Contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados, observado o disposto na cláusula de garantia deste Termo de Referência.

9.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão sua ou de seus prepostos, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que poderá descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.8 - Quando impossível verificar a regularidade da Contratada no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, ou sistema equivalente, a Contratada deverá encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

9.8.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.8.2 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.8.3 - Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

9.8.4 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.8.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.9 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.10 - Comunicar ao gestor ou fiscal do Contrato, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência relevante, anormalidade ou acidente que se verifique durante o processo de entrega dos bens nas dependências da Contratante, especialmente aqueles que possam afetar a integridade de pessoas, instalações ou equipamentos.

9.11 - Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

9.12 - Cumprir, durante todo o período de vigência contratual, a legislação aplicável quanto à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, bem como outras reservas de cargos previstas em lei, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, quando exigíveis em razão do quadro de pessoal da empresa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, dados e especificações técnicas a que tiver acesso em decorrência da execução do Contrato, utilizando-os exclusivamente para os fins contratuais, observadas, quando cabíveis, as normas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais.

9.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos custos considerados na formulação de sua proposta, inclusive em relação a custos variáveis e fatores futuros e incertos, devendo suportá-los integralmente caso o valor inicialmente previsto não seja suficiente para o atendimento do objeto, exceto quando se verificar hipótese de revisão prevista no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas internas de segurança da Contratante, especialmente aquelas relacionadas ao acesso às dependências do Crea-GO, circulação em áreas restritas e procedimentos de descarga, movimentação e armazenamento dos bens.

9.16 - Adotar, às suas expensas, os recursos materiais e humanos necessários à adequada entrega dos bens, garantindo que os empregados envolvidos possuam habilitação e conhecimento compatíveis com as atividades desempenhadas, observando as normas de saúde e segurança do trabalho.

9.17 - Orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas eficazes para a proteção de dados pessoais a que tenham acesso por força da execução do Contrato.

9.18 - Não permitir o trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em conformidade com a Constituição Federal e a legislação trabalhista.

10 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 - As partes deverão observar, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução deste Contrato, contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.2 - Para fins deste Contrato, o tratamento de dados pessoais, quando ocorrer, deverá limitar-se ao estritamente necessário à sua execução, abrangendo, em caráter exemplificativo:

10.2.1 - A identificação e qualificação de representantes, prepostos e empregados das partes;

10.2.2 - O processamento de informações necessárias à emissão de ordens de fornecimento, documentos fiscais, comunicações contratuais, recebimento do objeto, acionamento de garantia e assistência técnica;

10.2.3 - O cumprimento de obrigações legais, regulatórias, contratuais, administrativas e de controle a que estejam sujeitas as partes.

10.3 - O Crea-GO atuará, em regra, como Controlador dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, cabendo-lhe as decisões referentes às finalidades e aos elementos essenciais do tratamento, enquanto a Contratada atuará como Operadora, quando tratar dados pessoais em nome do Crea-GO e de acordo com suas instruções documentadas, sem prejuízo das hipóteses em que atuar como controladora autônoma, nos limites da legislação aplicável.

10.4 - A Contratada obriga-se a:

10.4.1 - Tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para fins de execução deste Contrato e em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

conformidade com as instruções lícitas do Crea-GO, vedada sua utilização para finalidade diversa, em benefício próprio ou de terceiros;

10.4.2 - Restringir o acesso aos dados pessoais apenas aos seus empregados, prepostos ou representantes que necessitem conhecê-los para a execução contratual, assegurando que todos estejam sujeitos a dever de sigilo e confidencialidade;

10.4.3 - Adotar medidas de segurança compatíveis com a natureza dos dados tratados e com os riscos envolvidos, de modo a prevenir incidentes de segurança;

10.4.4 - Não compartilhar, transferir, divulgar ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem prévia autorização do Crea-GO, salvo nas hipóteses legalmente permitidas ou obrigatórias;

10.4.5 - Comunicar ao Crea-GO, em prazo razoável e compatível com a gravidade do evento, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, fornecendo, sempre que possível, as informações necessárias à apuração dos fatos e à adoção das providências cabíveis;

10.4.6 - Cooperar com o Crea-GO no atendimento de solicitações de titulares, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e de demais órgãos de controle, quando relacionadas aos dados tratados no âmbito deste Contrato.

10.5 - O Crea-GO obriga-se a:

10.5.1 - Tratar os dados pessoais em conformidade com a LGPD e com as bases legais aplicáveis à Administração Pública;

10.5.2 - Fornecer à Contratada, quando necessário, orientações adequadas quanto ao tratamento de dados pessoais realizado em seu nome;

10.5.3 - Adotar as providências necessárias ao atendimento dos direitos dos titulares, com o apoio da Contratada quando o tratamento decorrer da execução deste Contrato.

10.6 - A Contratada responderá pelos danos, prejuízos ou obrigações decorrentes de tratamento de dados pessoais realizado em desconformidade com a LGPD, com este Contrato ou com as instruções lícitas do Crea-GO, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais, administrativas, civis e penais cabíveis.

10.7 - O dever de sigilo e de proteção de dados subsistirá mesmo após o encerramento da vigência contratual, enquanto perdurarem as obrigações legais relacionadas à guarda de documentos, à responsabilização das partes ou à proteção de dados pessoais eventualmente tratados durante a execução do Contrato.

10.8 - Encerrada a execução contratual, a Contratada deverá, conforme a natureza e a necessidade do caso, e observadas as hipóteses legais de guarda obrigatória:

10.8.1 - Devolver ao Crea-GO os dados pessoais e documentos que contenham dados pessoais que estejam sob sua posse em razão deste Contrato;

10.8.2 - Eliminar, anonimizar ou bloquear o acesso aos dados pessoais tratados em nome do Crea-GO, quando não houver fundamento legal para sua manutenção;

10.8.3 - Manter sob guarda apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, pelo prazo exigido na legislação aplicável.

10.9 - Considerando a natureza do objeto contratual, consistente no fornecimento de bens, o tratamento de dados pessoais no âmbito deste ajuste possui caráter acessório e eventual, devendo sempre observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e responsabilização, nos termos da LGPD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11 - DAS GARANTIAS

11.1 - Não será exigida da Contratada a garantia de execução do Contrato de que tratam os arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da natureza do objeto (fornecimento pontual de bens) e do valor estimado da contratação, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do ajuste e da aplicação das sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

11.2 - Independentemente da dispensa de garantia de execução contratual prevista no item 11.1, será exigida garantia de qualidade dos bens fornecidos (garantia do produto), composta pela garantia legal e pela garantia contratual do fabricante ou da própria Contratada, observadas as seguintes regras:

11.2.1 - O prazo de garantia legal dos bens observará o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), assegurando-se, para bens duráveis, o prazo mínimo de **90 (noventa) dias corridos, contado do recebimento definitivo.**

a) A garantia de qualidade dos bens de que trata esta cláusula não se confunde com a garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021, a qual não será exigida na presente contratação, nos termos do item 11.1.

b) Terão garantia contratual mínima de **24 (vinte e quatro) meses**, além da garantia legal de que trata o subitem 11.2.1, os seguintes itens, em consonância com as respectivas especificações técnicas: item 1 (Caixa de Som Amplificada Ativa Bluetooth Bivolt Seleccionável), item 3 (Kit de microfones sem fio duplo profissional), item 10 (Fone de ouvido profissional) e item 19 (Câmera PTZ 4K HDMI/SDI com AI Tracking), sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.

11.2.2 - O item 31 (Tripé profissional hidráulico para câmera) terá garantia contratual mínima de **12 (doze) meses, além da garantia legal de que trata o subitem 11.2.1, em conformidade com a respectiva especificação técnica, sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.**

11.2.3 - Os demais itens não abrangidos pela alínea “b” do subitem 11.2.1 e pelo subitem 11.2.2 terão garantia contratual mínima de **12 (doze) meses, além da garantia legal de que trata o subitem 11.2.1, contados do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de prazo maior eventualmente ofertado pelo fabricante ou pela licitante vencedora.**

11.2.4 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, abrangendo peças, mão de obra, deslocamentos e demais insumos necessários.

11.2.5 - A garantia abrange a realização de manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

11.2.6 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e demais correções necessárias ao restabelecimento das condições normais de funcionamento.

11.2.7 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, vedada a utilização de peças usadas ou recondicionadas de qualidade inferior.

11.2.8 - Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada, salvo prazo diverso mais vantajoso expressamente ofertado na proposta.

11.2.9 - O prazo indicado no subitem 11.2.8 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

11.2.10 - No caso de prorrogação do prazo para reparo ou substituição, a Contratada deverá disponibilizar, sem custos adicionais, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

11.2.11 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou sem apresentação de justificativa aceita, fica a Contratante autorizada a adotar as medidas necessárias à correção do vício ou defeito, inclusive mediante contratação de terceiro, podendo exigir da Contratada o reembolso integral dos respectivos custos, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelas obrigações de garantia legal e contratual.

11.2.12 - O custo relativo ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia, inclusive retirada e devolução nas dependências da Contratante, será de responsabilidade exclusiva da Contratada.

11.2.13 - A garantia legal ou contratual dos bens possui prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado para a vigência do Contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após o término do prazo contratual, quando cabível.

11.2.14 - Para os equipamentos permanentes e de instalação ou utilização continuada na infraestrutura do Crea-GO, deverá haver assistência técnica autorizada na Região Metropolitana de Goiânia, condição que poderá ser exigida documentalmente pela Contratante a qualquer tempo, durante o prazo de garantia, com vistas a assegurar atendimento tempestivo, redução de custos logísticos e continuidade das atividades institucionais.

12 - DO REAJUSTE

12.1 - Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do Contrato, em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento pontual de bens, e do prazo de execução previsto neste Termo de Referência.

12.2 - O disposto no item 12.1 não afasta a possibilidade de revisão contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que caracterizado fato superveniente, imprevisível ou previsível porém de consequências incalculáveis, que altere de forma relevante as condições originalmente pactuadas.

13 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O Contrato será considerado extinto quando cumpridas integralmente as obrigações principais assumidas por ambas as partes, sem prejuízo da subsistência das obrigações de garantia, responsabilidade por vícios, dever de sigilo e demais obrigações que, por sua natureza, devam produzir efeitos após o término da vigência contratual.

13.2 - O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no instrumento contratual, admitindo-se, conforme o caso, a rescisão:

13.2.1 - Unilateral, por ato da Contratante, nas hipóteses legais;

13.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13.2.3 - Judicial, nos termos da legislação aplicável.

13.3 - Na hipótese de atraso ou não conclusão da entrega dos bens no prazo fixado, imputável à Contratada:

13.3.1 - Esta ficará constituída em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções administrativas cabíveis e à responsabilização por eventuais prejuízos causados à Contratante; e

13.3.2 - A Contratante poderá, observados o contraditório e ampla defesa, optar pela extinção do Contrato, adotando medidas previstas em lei para assegurar continuidade do atendimento da necessidade pública, inclusive mediante nova contratação, se necessário.

14 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

14.1.1 - Der causa à inexecução parcial do Contrato;

14.1.2 - Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 - Der causa à inexecução total do Contrato;

14.1.4 - Ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

14.1.5 - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

14.1.6 - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

14.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 - Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1 - Advertência, quando houver descumprimento de pequena relevância ou quando der causa à infração prevista no subitem 14.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como nas hipóteses previstas nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.4 - Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;

b) Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 14.1.5 a 14.1.8, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

c) Compensatória, para a infração descrita no subitem 14.1.3, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

d) Compensatória, para a infração descrita no subitem 14.1.2, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

e) Compensatória, para a infração descrita no subitem 14.1.1, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

14.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5 - Se a multa aplicada e indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, nos termos da legislação aplicável (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6 - A multa poderá ser recolhida administrativamente antes do encaminhamento à cobrança judicial, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

14.8.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.8.2 - As peculiaridades do caso concreto;

14.8.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.8.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

14.8.5 - A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11 - A Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.13 - Os débitos da Contratada à Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela referida Administração à Contratada, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos firmados entre as partes, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta de recursos consignados no orçamento do Crea-GO para o exercício de **2026**, conta nº 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas, Equipamentos e Aparelhos conforme disponibilidade orçamentária acostada aos autos do Processo Administrativo.

16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1 - O presente Contrato fundamenta-se:

17.1.1 - Nas normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

17.1.2 - Nas demais normas federais aplicáveis às contratações públicas;

17.1.3 - Nos preceitos de direito público;

17.1.4 - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos contratos e disposições do Direito Privado.

17.2 - Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

18 - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2 - A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data de sua implementação (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18.4 - Registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser realizados por meio de apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e ao art. 123, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, caberá ao Crea-GO:

19.1.1 - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos;

19.1.2 - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO, inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos, e informações complementares exigidas nos §§2º e 3º do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da **Justiça Federal**, circunscrição do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer questões, oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa.

20.2 - Por estarem acordes, assinam o presente instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratada e testemunhas arroladas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Engenheiro Lamartine Moreira Junior
Presidente do Crea-GO – Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada

